

JATOBA

Ano 2 • nº 3 • Janeiro de 2025 • Revista socioambiental da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



A VIDA EM EMERGÊNCIA

Desastres não naturais

Desmonte no RS, financeirização do risco, migrações e deslocamentos

A urgência da mudança

Adaptação antirracista, Periferia Sem Risco, demarcação, e luta popular





fisso
muda
o mundo
450

JATOBÁ

Revista socioambiental da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSol

Leia as edições anteriores gratuitamente

Reflexão e ação sobre questões urgentes!

A **Revista Jatobá** pauta e aprofunda debates socioambientais com perspectiva popular e multidisciplinar



Acesse agora!

Acesse o link ou escaneie o QR Code para se conectar ao ecossocialismo onde você estiver

flcmf.org.br/revistas

Sumário

| | |
|---|-----------|
| ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA ANTIRRACISTA Rede por Adaptação Climática Antirracista | 08 |
| VIVENDO EM EXTREMOS Leandro Barbosa | 11 |
| RIO GRANDE DO SUL: DO DESMONTE AMBIENTAL À TRAGÉDIA Luciana Genro | 14 |
| MUNDO IN-SEGURO: OS PERIGOS DA FINANCEIRIZAÇÃO DO RISCO CLIMÁTICO Tatiana Oliveira | 17 |
| PERIFERIA SEM RISCO • ENTREVISTA COM GUILHERME SIMÕES Pedro Charbel | 20 |
| MOBILIDADE HUMANA EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA: ENTRE A EMERGÊNCIA E A INVISIBILIDADE Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais (RESAMA) | 26 |
| A LUTA POR TETO E PÃO EM MEIO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA Júlia Ladeira | 30 |
| ESTADO DA COP-30 LIDERA RANKING DOS MERCADOS PARA MORRER Simone Romero | 33 |
| A BARBÁRIE CLIMÁTICA DE DONALD TRUMP Jorge Lefevre Tavárez e Manuel Rodríguez | 36 |
| CUIDAR DA TERRA: PASSOS URGENTES DE UMA TRILHA ANCESTRAL Célia Xakriabá | 40 |
| O ECOSSOCIALISMO DE KARL MARX João Machado | 44 |
| RECOMENDAÇÕES CULTURAIS | 46 |

Expediente



Presidenta
Luciana Krebs Genro

Vice-Presidenta
Ana Paula Silva da Rocha

Diretor Administrativo-Financeiro
Stenio Matheus de Moraes Lima

Diretor de Estudos, Pesquisa e Formação
André Scerb

Diretor de Relações Públicas e Institucionais
Daniel Angelim

Diretora de Acervo Memorial e Bibliográfico
Maria da Glória Ferreira Trogo

Diretora de Comunicação
Mariana Costa Riscali

Diretor de Relações Internacionais
Guilherme Prado Almeida de Souza

Conselho Curatorial da FLCMF
Titulares: **Edson Miagusko, Maria Gonçalves, Flávia da Silva, Miguel de Carvalho, Zaira da Fonseca, Israel Dutra, Zeneide dos Santos, Francisvaldo de Souza, Marcus Kollbrunner, Agatha Silva, Beatriz Blanco, Alexandre Varela, Hélio da Silva;**
Suplentes: **Mena Paiva, Gabriela Gomes, Pedro Serrano, Kleber de Souza.**

Conselho Fiscal da FLCMF
Titulares: **Etiene dos Santos, Leandro Coutinho, Lucas Ploeg;** Suplentes: **Maria Ferreira, Lilian Oliveira.**

JATOBÁ

Conselho Editorial da Jatobá
Apib, Conaq, MAB, MPA, MST, MTST, Alexandre A. Costa, Célia Xakriabá, Claudia Horn, Cris Faustino, Daniel Aldana Cohen, Gabriela Gaia, Jurandir de Novaes, Luiz Arnaldo Campos, Marquito, Maureen Santos, Michael Löwy, e Sabrina Fernandes

Editores-chefes:
Pedro Ferraracio Charbel e Max André Correa Costa (SRTE: 1574)

Projeto Gráfico e Direção de Arte
Cesar Habert Paciornik

Diagramação
HPDesign e WHIZZ

Pesquisa iconográfica
Mariana Le Mener e Jamyle Guedes

Disponível online
fcmf.org.br/

Capa
"Fechar os corpos III",
óleo sobre tela
Matheus Ribs



ISSN: 2965-6982

Apresentação

A

pintura de Matheus Ribs que ilustra a capa e contracapa desta edição faz parte de uma série denominada pelo artista como “Fechar os corpos”. O título reitera o que a obra expressa: não há passividade frente à crise climática e ao racismo ambiental, operam-se feitiços, transmitem-se saberes, cultiva-se a resistência. Para além da denúncia sobre a devastação socioambiental promovida pelo capitalismo e o colonialismo - marcadamente contra pessoas periféricas, negras e indígenas - há, aqui, um desejo de vida que pulsa.

É nessa perspectiva que essa terceira edição da revista Jatobá se apresenta. Em um mundo profundamente desigual, com eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e mais intensos, denunciar a tragédia ou lamentar o desastre já não basta. Estando a própria vida em emergência, as reflexões e ações sobre as diferentes faces e forças da injustiça socioambiental devem ser urgentemente aprofundadas a partir das lutas populares e territoriais. Viver é urgente.

Para isso, desnaturalizar os desastres é o primeiro passo. As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, por exemplo, são consequências de um desmonte que constituiu engrenagens deliberadas de destruição, como bem pontua a contribuição da deputada estadual e presidenta da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, Luciana Genro, nesta edição. Também nesse sentido, vem as reflexões da Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais: a (i) mobilidade humana por fatores ambientais tem uma faceta profundamente social e, portanto, só pode ser compreendida de modo interssccional e antirracista.

Como enuncia Guilherme Simões, Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, entrevistado desta edição, nem o combate às desigualdades é tema do passado, nem o combate à crise climática é tema do futuro. Estamos falando de agendas extremamente atuais que devem necessariamente andar juntas e, nesse sentido, o conceito de adaptação climática antirracista, apresentado nesta edi-

Estando a própria vida em emergência, as reflexões e ações sobre as diferentes faces e forças da injustiça socioambiental devem ser urgentemente aprofundadas

ção pela Rede por Adaptação Climática Antirracista, é extremamente preciso e deve ser traduzido cada vez mais em políticas públicas. Não há outro caminho.

Por sua vez, as colunas da pesquisadora Tatiana Oliveira e da coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Júlia Ladeira, revelam uma flagrante antítese nos modos de lidar com as catástrofes no contexto da crise climática: de um lado, seguradoras que aprofundam desigualdades num contexto de financeirização do risco; de outro, iniciativas populares como as do MTST para combater a fome, reduzir os riscos e enfrentar a própria crise climática e seus efeitos que, sabemos, são profundamente nefastos e desiguais.

Ainda sobre soluções, na seção dedicada à atuação do PSOL, a deputada

federal Célia Xakriabá discorre sobre medidas legislativas e executivas urgentes para cuidar da Terra, ressaltando o papel que os povos indígenas têm tido em preservar a biodiversidade de nosso planeta. Já na seção internacional, os porto-riquenhos Jorge Lefevre e Manuel Rodríguez trazem sua análise sobre os perigos da barbárie climática de Donald Trump, que retorna ao poder em 2025 com seus “delírios fascistas e eco-genocidas”.

Além de nossas já tradicionais recomendações culturais e uma resenha do professor João Machado sobre “O Ecosocialismo de Karl Marx”, de Kohei Saito, esta edição inaugura a nova área de reportagens especiais da Jatobá. A estreia vem com duas importantes matérias: uma de Leandro Barbosa, investigando a vida nos extremos de seca, fogo e inundações; e outra de Simone Romero, fazendo um balanço sobre as ameaças a defensores socioambientais no Pará, estado sede da COP-30.

Assim, seguimos consolidando o compromisso da Jatobá em ser um ponto de encontro de reflexões urgentes e variadas, necessárias para a conformação de nossa atuação frente à emergência que afeta cada vez mais as nossas vidas - algumas mais do que outras. Longe de nos restringirmos a respostas emergenciais e conjunturais, urge aprofundar as reflexões e reconhecer a disparidade dos efeitos da crise climática, combatendo suas engrenagens de modo simultâneo aos esforços de formulação e ação coletiva para a construção de um futuro possível e necessariamente mais justo.

**Pedro Ferraracio Charbel e
Max André Correa Costa**

Editores-chefes da Revista Jatobá

Conselho JATOBA

- **Apib** - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (1)
- **Conaq** - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (2)
- **MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens (3)
- **MPA** - Movimento dos Pequenos Agricultores (4)
- **MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (5)
- **MTST** - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (6)
- **Alexandre A. Costa** - professor titular da Universidade Estadual do Ceará, PhD em Ciências Atmosféricas e colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. É autor do blog "O que você faria se soubesse o que eu sei" (7)
- **Célia Xakriabá** - deputada federal pelo PSOL/MG, presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados e primeira indígena doutoranda em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (8)
- **Claudia Horn** - socióloga e pós-doutoranda em Crises Climáticas, Riscos e Respostas na Universidade Brandeis (EUA). Realizou seu doutorado na London School of Economics and Political Science sobre a Amazônia e o capitalismo verde (9)
- **Cris Faustino** - assistente social, feminista negra ambientalista e militante de direitos humanos. É presidenta da Justiça Global-RJ e integra a Coordenação do Instituto Terramar e a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (10)
- **Daniel Aldana Cohen** - professor assistente da Universidade da Califórnia (Berkeley) onde é diretor do Socio-Spatial Climate Collaborative e co-diretor

do Climate and Community Project. É co-autor de "Um Planeta a Conquistar: a Urgência de um Green New Deal" (11)

▪ **Gabriela Gaia** - professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. É conselheira da Casa Sueli Carneiro, integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum e coordenadora do Grupo de Estudos Corpo, Discurso e Território (12)

▪ **Jurandir de Novaes** - professora na Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual do Maranhão. É doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (13)

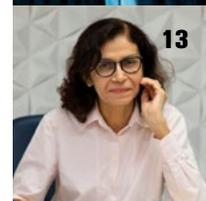
▪ **Luiz Arnaldo Campos** - coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Belém. Cofundador e membro do comitê internacional do Fórum Social Panamazônico, e co-organizador da Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia (14)

▪ **Marquito** - deputado estadual (PSOL) em Santa Catarina com Mandato Agroecológico. Foi vereador de Florianópolis durante seis anos (15)

▪ **Maureen Santos** - cientista política e ecologista. Coordena o Grupo Nacional de Assessoria da ONG Fase, é professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e coordenadora da Plataforma Socioambiental do Brics Policy Center (16)

▪ **Michael Löwy** - sociólogo, diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique, na França. Um dos grandes pensadores do marxismo e do ecossocialismo (17)

▪ **Sabrina Fernandes** - socióloga e pós-doutoranda do Centro Avançado de Estudos Latino-americanos no México. É conselheira sênior de pesquisa do Instituto Alameda e membro do comitê dirigente da Rede Ecosocialista Global (18)



ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA ANTIRRACISTA



Rede por Adaptação Climática Antirracista

Criada em 2023 a partir das inquietações de diversos movimentos e organizações diante dos desastres climáticos ocorridos no Brasil no ano anterior. Oficialmente lançada em 2024, a Rede reúne cerca de 40 entidades antirracistas e atuantes no campo socioambiental.



Eventos climáticos extremos são e serão cada vez mais comuns e intensos. Dados do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) de Impacto, Adaptação e Vulnerabilidades do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) não deixam dúvidas sobre isso. Não é aceitável, portanto, que grandes chuvas, deslizamentos, enchentes ou fortes secas sejam tratados com surpresa, como desastres imprevistos. Do mesmo modo, não basta se falar vagamente da necessidade de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas: a emergência é global, mas seus impactos são sentidos dentro de estruturas profundamente desiguais nos territórios e localidades.

No Brasil, em geral, é a população negra que vive nas zonas de sacrifício, entendidas como espaços em que o risco e a ameaça são constantes. Aqui é importante reforçar o óbvio: nenhuma pessoa vive em uma zona de sacrifício por tê-la escolhido como local ideal para viver. A ocupação de áreas íngremes, por exemplo, não deveria ser sinônimo de desastre para

os mais pobres. Em cidades como São Paulo, há morros ocupados pelas elites econômicas nos quais a fragilidade das condições topográficas foi mitigada por investimentos públicos e privados em infraestrutura.

Populações negras que vivem nas áreas periféricas, suburbanas, territórios tradicionais, baixadas, ressacas e favelas do país estão vivendo tragédias preveníveis e evitáveis dada a carência de infraestrutura urbana. Essa realidade é produto da lógica da especulação imobiliária, que transforma o direito à moradia, uma necessidade humana básica, em mercadoria. Não se trata, portanto, apenas de uma pretensa falta de planejamento: o risco é produzido pela própria ausência de uma política habitacional destinada à garantia do direito à habitação digna para a população negra e periférica.

Negar o racismo ambiental é negar a realidade da vida nas periferias das grandes cidades e o aumento da fome, que impacta principalmente as pessoas negras. É negar a cons-



140 pessoas morreram e 122 mil foram desalojadas em decorrência de fortes chuvas e deslizamentos de terra no Recife (PE) em 2022

tante violação dos direitos constitucionais das comunidades, territórios quilombolas, comunidades tradicionais e povos indígenas: grupos que menos contribuem com as causas da crise climática, mas sofrem suas piores consequências. Fechar os olhos para o racismo ambiental é ignorar a própria orientação da colonização na história de urbanização do país, é negar as profundas desigualdades territoriais do Brasil, um Estado racista.

A inação do poder público e do setor privado são consequências diretas desse racismo estrutural. Urge, portanto, reconhecer e entender as desigualdades raciais e territoriais urbanas no contexto de cada região para a formulação e a estruturação de políticas de combate, redução e/ou limitação dos impactos das mudanças climáticas, em atenção as diretrizes do Comitê de Adaptação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). As circunstâncias exigem que as medidas de adaptação garantam a

segurança das populações negras em resposta aos impactos climáticos.

Daí a importância de conceituarmos, defendermos e promovermos uma adaptação climática antirracista, ou seja: o enfrentamento às desigualdades raciais, de gênero, geracionais, sociais, regionais e territoriais, a partir de um conjunto de políticas

NEGAR O RACISMO AMBIENTAL É NEGAR A REALIDADE DA VIDA NAS PERIFERIAS

públicas estruturantes, interseccionais e intersetoriais. Essas políticas devem ter como foco assegurar o bem viver, a proteção das vidas vulnerabilizadas e a conservação dos biomas, através de medidas estruturais e emergenciais que reduzam

o impacto dos eventos climáticos extremos para as populações mais vulnerabilizadas.

As políticas de adaptação antirracista, em sua concepção, planejamento, financiamento, implementação, monitoramento e avaliação, devem incorporar os saberes, as soluções e práticas populares, ancestrais e tradicionais, e as especificidades dos territórios. Não é aceitável que haja mobilização somente nos momentos de tragédia, deixando de lado a obrigação legal de garantir uma abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, reparação, resposta e recuperação em desastres, com participação das populações mais afetadas.

O Relator Especial da ONU Ian Fry, em relatório para a promoção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas de 2022, indi-

cou, inclusive, que é preciso avançar na operacionalização de sistemas jurídico-institucionais anti-racistas que respondam às perdas e danos decorrentes da crise e da falta de medidas adequadas de adaptação, a partir das demandas dos territórios. Devemos desnaturalizar os desastres e garantir que poder público e privado sejam devidamente responsabilizados: a culpa não é da chuva, das árvores, da lama, da seca ou do fogo.

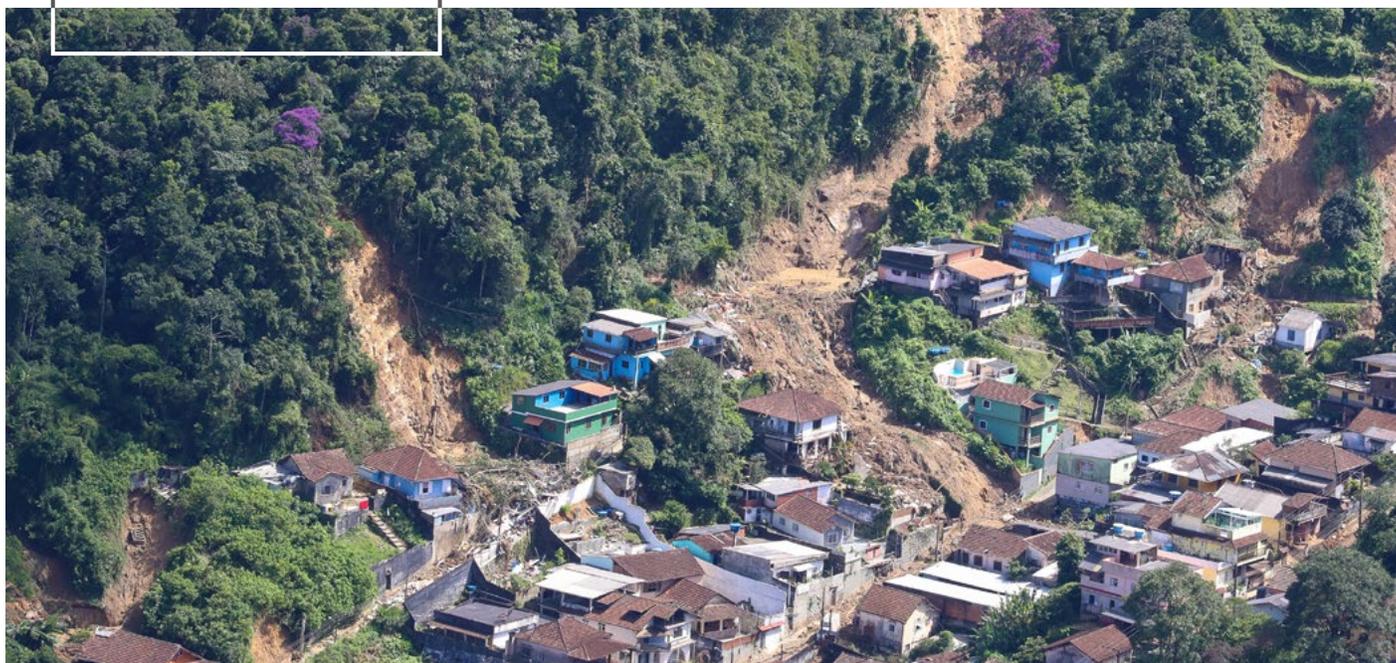
Além disso, uma real adaptação antirracista implica em desenhar e implementar políticas de longo prazo de democratização do acesso à terra, além de políticas habitacionais, de urbanização e de regularização fundiária destinadas à população negra e periférica para que elas possam se adaptar às mudanças do clima. A elaboração e implementação dessas políticas devem se dar a partir de Planos Comunitários de urbanização e regularização fundiária, com foco na gestão das áreas de risco e adaptação às emergências climáticas dos territórios vulneráveis.

No caso de áreas de risco já mapeadas, é necessária a instalação de sistemas de alertas, tais como

sirenes, e o desenvolvimento de planos de fuga em conjunto com as pessoas atingidas; o estabelecimento de centros de monitoramento e a instalação de novas estações meteorológicas para controle de possíveis episódios extremos; além do próprio desenvolvimento de planos de adaptação nas cidades, sob a lente da justiça climática antirracista e em alinhamento com os planos diretores dos municípios, quando existam.

Por fim, urge investigar e responsabilizar empresas pelas perdas materiais e não-materiais que tenham causado em decorrência de suas atividades. O setor privado não pode seguir agindo a despeito do meio ambiente e da sociedade, agravando a crise climática e promovendo desastres socioambientais. Somente transversalizando esforços de adaptação climática antirracista, incidindo inclusive na regulamentação de atividades corporativas e suas devidas responsabilidades, estaremos protegendo toda a população e garantindo vida e dignidade às pessoas mais impactadas pelos eventos climáticos extremos. ●

Petrópolis (RJ) teve 775 pontos de deslizamento de terra e diversas ruas alagadas entre fevereiro e março de 2022



© Clauber Cleber Caetano-PR



Morador da Ilha do Pavão em Porto Alegre (RS), Ademir Rodrigues, 70, salvou o que pôde das enchentes (2024)

VIVENDO EM EXTREMOS

Eventos como enchentes, secas e incêndios expõem desigualdades e a urgência de políticas eficazes para enfrentar os desafios climáticos

Quando os rios transbordaram e a força das águas destruíram, mais uma vez, centenas de casas no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, a agente de saúde, Simone Cardoso, perdeu tudo o que tinha. O rio Taquari cobriu o bairro Feijão Queimado, onde ela morava em Roca Sales, em maio. Ao olhar os destroços que restaram das casas, Simone lembrou dos 40 anos que viveu ali.

“É impossível esquecer tudo o que vivi aqui. Seria uma realização de vida poder voltar. Mas a gente sabe que não vai. Já fomos felizes na beira e dentro do rio Taquari, mas agora tá tudo muito difícil”, disse a agente de saúde pontuando as quatro grandes enchentes que acometeram o estado entre

setembro de 2023 e maio de 2024.

A angústia de Simone é a mesma de milhares de gaúchos que viram suas casas e histórias submersas. As enchentes afetaram ao menos 2,3 milhões de pessoas e deixaram 6,5 mil desabrigados.

Nos bairros mais pobres da capital Porto Alegre não era incomum ver pessoas se arriscarem, em meio à água suja e com bichos mortos, para chegarem aos seus barracos e tentarem salvar alguma coisa. Madeira, pregos, talheres, qualquer coisa que diminuísse os custos do recomeço servia.

“Que banco vai dar crédito para um homem pobre e velho como eu? Me resta salvar o que dá para reutilizar e ir buscando um jeito pra viver”, me disse Ademir Soares Rodrigues, 70



Leandro Barbosa

jornalista socioambiental, vencedor dos prêmios Gabo, Vladimir Herzog, e Digital Media Awards Americas. Faz parte da rede latinoamericana Waki Ambiental, promovida pelo Pulitzer Center

anos, em maio, quando visitei a Ilha do Pavão, em Porto Alegre.

Além das perdas materiais, a população também vivencia o impacto psicológico dos fenômenos climáticos. Mariana Serra, cofundadora e CEO da VVolunteer, organização que tem atuado com ações sociais e ajuda humanitária no RS, afirma que a sequência de enchentes despertou na população um excesso de medo.

“Em nossos trabalhos de campo, é evidente que as pessoas vivem em constante apreensão. Qualquer previsão meteorológica, um céu cinza ou a iminência de chuva já intensifica a ansiedade e traz à tona o temor de perder tudo novamente”, explica Mariana.

Esse medo constante, segundo ela, vai além do impacto imediato,

afetando o planejamento de ações e a implementação de respostas duradouras. “Esse estado de alerta permanente expõe não apenas as fragilidades materiais, mas também o impacto psicológico da crise climática, reforçando a necessidade de incluir a saúde mental nas soluções para as comunidades atingidas”, conclui.

Extrema seca

Lourenço Pereira Leite carrega em sua trajetória os conhecimentos do Pantanal, onde nasceu e vive há 53 anos, em Cáceres (MT). Dos seus antepassados ele herdou a destreza de entender os sinais da natureza, quando ela avisa que a chuva está vindo. “Aprendi que a chuva estava chegando ouvindo os sons do canto do chapéu-velho [Mesembrinibis cayanensis], dos barulhos dos jacarés e dos bugios”, me contou Lourenço, em uma entrevista originalmente publicada na Agência Pública.

Contudo, nos últimos anos, estes sons têm sido menos frequentes. “Tudo isso nos alerta de que as secas serão mais severas aqui no Pantanal”, pontua o pantaneiro. E sua previsão está correta.

A nota técnica “seca extrema e incêndios no pantanal em 2024”, do Mapbiomas, apresenta dados preocupantes sobre a maior planície alagável do planeta. A série histórica analisada compreende o período de 1985 a 2023. Ao longo destes 38 anos, o Pantanal foi o bioma que mais secou no Brasil, proporcionalmente.

Em 2024, a precipitação acumulada de janeiro a maio foi a mais baixa desde 2020, o que já indicava uma das piores secas que o bioma enfrentou. “A água é nosso braço, perna e mão. É vida para nós. A seca impacta tudo. Nossa locomoção está cada vez mais difícil. Pegar peixe, pior. Eu já cheguei a ir mais de 200 km da minha casa para

tentar pescar e garantir o sustento da minha família”, lamentou Lourenço.

“Eu estou muito abalado. Eu luto para que minhas filhas consigam estudar, mas parece que minha luta [a pesca] não vai ter futuro. É muito difícil”, desabafou o pescador.

Mais ao norte, no Rio Tapajós, em Santarém (PA), a escassez e aquecimento das águas resultou na morte de 20 toneladas de peixes em novembro de 2024. Nesta região, as consequências da expansão do garimpo e do agronegócio tem afetado profundamente os povos indígenas e comunidades locais, sobretudo ribeirinhas, cujos modos de vida estão profundamente conectados ao rio.

“Estão matando o nosso rio para um grupo de pequenas empresas lucrar ainda mais” denunciou Kamila Sampaio, do Movimento Tapajós Vivo. “Até a cor do rio já mudou por causa da soja e da mineração. Existe muita extração de madeira, garimpo e escoamento de produção agrícola da monocultura no Tapajós”, pontuou.

Em meio à seca, cerca de 400 manifestantes, Kamila entre eles, paralisaram a circulação de comboios de barcas no baixo Tapajós. A iniciativa, liderada por povos indígenas da região, objetivou denunciar as violações em curso e a possibilidade de piora do quadro climático e de direitos humanos caso a produção de soja se intensifique ainda com projetos como a Ferrogrão, uma ferrovia que ligaria Sinop (MT) a Miritituba (PA) para facilitar a exportação de grãos pelo rio.

“Estão nos impedindo de pescar e matando o Rio Tapajós para exportar soja para a China e para a Europa. Se a Ferrogrão for construída, a seca e toda essa situação vai piorar ainda mais”, explicou Raquel Tupinambá, coordenadora do Conselho Indígena Tupinambá do baixo Tapajós Amazônia (CITUPI), durante a manifestação.

© Priscila Tapajóara



Brasil em chamas

Em 2024, além do Pantanal e da Amazônia, o Cerrado também enfrentou uma seca extrema. Esses territórios se tornaram ainda mais vulneráveis ao fogo, havendo um recorde de incêndios nos biomas brasileiros de acordo com dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Não à toa, a fumaça tomou o céu de cidades em diversas regiões do país, levando São Paulo (SP) e Santarém (PA), por exemplo, a registrarem os piores índices de qualidade do ar do mundo em momentos diferentes ao longo do ano.

Apenas entre janeiro e novembro de 2024, a Amazônia registrou 134.979 focos de incêndio, um aumento alarmante de 43,7% em relação ao mesmo período de 2023,



Em meio à seca, indígenas protestam contra projeto da Ferrogrão e denunciavam impactos da exportação de soja no rio Tapajós (Pará, 2024)

ções climáticas extremas e a vulnerabilidade crescente dos biomas brasileiros frente às atividades humanas e à mudança do clima. O aquecimento global, combinado aos efeitos dos fenômenos El Niño e La Niña, tem intensificado a frequência e a gravidade de eventos extremos, como intensas ondas de calor e secas extremas em todo o país.

Esses fenômenos, agravados pela crise climática, geram desastres ainda mais devastadores em áreas vulneráveis, alerta Karina Bruno Lima, doutoranda em Climatologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Teremos mais eventos extremos e com maior potencial destrutivo. Isso torna imprescindível a implementação de planos de adaptação climática para reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência”, destaca Lima.

Keila Ferreira, assistente social e especialista em gestão de risco e desastres, explica que uma resposta humanitária eficaz aos crescentes eventos extremos exige uma abordagem que vá além do socorro imediato: “Essas comunidades já enfrentam desigualdades estruturais que intensificam os efeitos devastadores dos desastres provocados por fenômenos climáticos. Enquanto não reduzirmos a desigualdade social, continuaremos enfrentando tragédias com altos custos sociais e econômicos”. 🌍

quando foram detectados 93.938 focos. Este é o maior número registrado desde 2007, quando os incêndios ultrapassaram a marca de 181 mil focos. O dado também está 43,5% acima da média dos cinco anos anteriores (2019-2023), que foi de 94.057 focos.

No Cerrado, os incêndios também bateram recordes: 79.599 focos foram registrados até novembro de 2024, o maior número para o período desde 2012. O total representa um aumento de 64,2% em relação a 2023 (48.474 focos) e é 37% superior à média dos cinco anos anteriores (58.070 focos).

No Pantanal, a situação é ainda mais crítica: 14.483 focos de incêndio foram registrados no mesmo período, um crescimento de 139% em relação a 2023 (6.067 focos). Este número é 53,2% maior que a média dos últimos cinco anos.

Daniel Silva, especialista em conservação do WWF-Brasil, explica que os biomas estão conectados e que as ações para protegê-los também precisam ser.

“Os biomas brasileiros estão conectados. A conversão e o desmatamento do Cerrado geram desequilíbrios para a Amazônia e o Pantanal, afetando a disponibilidade hídrica em outros ecossistemas, contribuindo para secas, aumento dos incêndios e ondas de calor. Por isso, não adianta conservar só um bioma, precisamos ter políticas consistentes para diferentes áreas do país. E, no Brasil, barrar o desmatamento é o ponto mais importante para evitar efeitos ainda mais severos da crise climática”, conclui Silva.

O aumento dos incêndios também evidencia a gravidade das condi-

RIO GRANDE DO SUL: do desmonte ambiental à tragédia

Luciana Genro

deputada estadual pelo PSOL no Rio Grande do Sul, é presidente da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco



© Bruno Peres/Agência Brasil



As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024 foram precedidas por um desmonte do sistema de fiscalização e proteção ambiental, que afrouxou legislações, cooptou órgãos reguladores, extinguiu estruturas públicas, transferiu responsabilidades à iniciativa privada e asfixiou o corpo técnico do serviço público. Em pleno contexto de agravamento da crise climática, essa política antiambienta, feita sob medida para atender aos interesses do agronegócio e das monoculturas de soja e eucalipto dominantes no estado, segue inalterada sete meses após a tragédia.

As consequências desse modelo econômico resultam na destruição do Pampa, bioma sul-americano que, no Brasil, existe apenas no Rio Grande do

Os destroços das enchentes são consequências de políticas ambientais que deixaram o estado sem capacidade de prevenção e reação

Sul e cuja biodiversidade vem sendo esmagada pelo avanço das monoculturas. Um estudo do MapBiomas revela que, entre 1985 e 2022, o Pampa brasileiro perdeu 2,9 milhões de hectares de sua vegetação (32% da área existente).

É importante lançar luzes sobre os retrocessos ambientais do último período para compreender como as enchentes de 2024 atingiram um estado sem capacidade de prevenção e reação. Já em 2015, ao assumir o governo, José Ivo Sartori (MDB) pôs em prática um projeto de desmonte do estado, extinguindo diversos órgãos públicos, como a Fundação Zoobotânica (FZB). Dentre as responsabilidades da FZB, destaca-se a publicação da lista de espécies ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul, a qual foi feita pela última vez em 2014: desde então, o estado vive um apagão na área.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), criada há 25 anos, foi fundida com a pasta da Infraestrutura no início do governo Leite e totalmente desestruturada. Faltam servidores, há omissão no cumprimento de funções - como as validações do Cadastro Ambiental Rural (CAR) -, além de um grave sufocamento da área técnica. Responsável por gerir as 23 unidades de conservação ambiental, a Sema possui apenas 51 guardas-parque, fazendo com que cada um seja responsável por mais de 5 mil hectares de área.

Vinculado à Sema, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) foi cooptado, com a representação destinada ao corpo técnico da Secretaria apropriada por cargos comissionados do governo. Com 32 assentos, a maioria de conselheiros do órgão é indicada pelo governo, por corporações empresariais e entidades ligadas ao agronegócio. O biólogo Paulo Brack, 1º suplente de vereador pelo PSOL em Porto Alegre, atua há quase 20 anos

no Consema e já viu diversas medidas contrárias à preservação ambiental passando pelo órgão. Em 2019, ele solicitou que o Conselho discutisse as 480 alterações no Código Estadual do Meio Ambiente que o governo estava propondo, mas a maioria do grupo, de modo espantoso, disse que não era assunto para o órgão.

Essas mudanças, que devastaram o Código Estadual de Meio Ambiente (CEMA), foram aprovadas em regime de urgência pela Assembleia Legislativa. Uma das principais alterações impostas pelo governo foi a criação da Licença Ambiental por Compromisso (LAC), em que empreendimentos são aprovados de forma expressa e somente depois são fiscalizados. Os professores Gonçalo Ferraz e Fernando Becker, do Instituto de Biociências da UFRGS, realizaram um detalhado estudo de todas as mudanças e concluíram que: parecem seguir três princípios: eliminar, enfraquecer, e subverter: “Desapareceram todos os artigos sobre áreas de uso especial, que não sendo unidades de conservação precisam ser definidas e protegidas. Desaparecem as diretrizes técnicas para elaboração de estudos e relatórios de impacto ambiental, assim como as ferramentas e mecanismos de controle da qualidade do ar”..

Em junho de 2021, o governo Leite aprovou um projeto de lei que liberou o uso de agrotóxicos proibidos na Europa e nos EUA, onde são fabricados, transformando o Rio Grande do Sul em lata de lixo para produtos venenosos banidos no exterior. Um mês depois, outro ataque foi aprovado: uma PEC autorizando a concessão das unidades de conservação ambiental à iniciativa privada. No primeiro turno, o meu voto foi o único contrário entre todos os deputados. Três anos depois, algumas dessas unidades já foram concedidas, sem

**Sete meses
depois das en-
chentes, pou-
ca coisa coisa
mudou no RS**

respeito a seus planos de manejo, nem escuta aos técnicos da Sema.

Após a tragédia das enchentes, as bancadas de oposição na Assembleia Legislativa apresentaram um conjunto de projetos para revogar os retrocessos ambientais do último período. O “revogaço” propõe a volta da FZB, o fim da liberação de agrotóxicos proibidos em seus países de origem, a anulação do desmonte do Código Estadual do Meio Ambiente e a proibição de barragens e açudes em Áreas de Preservação Permanentes (APPs). Os projetos criam um Plano Estadual de Mudanças Climáticas, o Instituto das Águas do RS e declaram o Pampa como Patrimônio Natural Estadual. A bancada do PSOL, composta por mim e pelo deputado Matheus Gomes, está na linha de frente desta luta. Além disso, também apresentei a PEC da Resiliên-

cia Climática, que prevê a aplicação de 1% da receita líquida do estado em prevenção a desastres ambientais.

Infelizmente, sete meses depois das enchentes de maio, a história se repete e praticamente nada mudou. No início de dezembro de 2024, um novo temporal voltou a alagar diversas regiões de Porto Alegre e mais de 60 municípios foram impactados, com mais de 400 mil pessoas sem luz. Um mês antes, a Assembleia Legislativa aprovou o orçamento para 2025 - com nosso voto contrário - com recursos insuficientes diante dos desafios da crise climática.

Mais do que um debate sobre cifras, é a compreensão política que precisa mudar no sentido de se entender que vivemos uma emergência climática permanente, fruto de um sistema capitalista que busca a expansão de suas atividades e o lucro a qualquer

custo. No processo de reprodução desse sistema injusto e destrutivo, a devastação do meio ambiente não como consequência, mas necessidade para sua existência. Políticos vestindo o colete laranja da Defesa Civil nos momentos de desastres naturais, como fazem Leite e Melo, acabam sendo a encenação teatral da gestão de uma crise cujas raízes eles ajudam a cultivar. Se não existe planeta B, agir de modo a mitigar os danos, diminuir os riscos, e trabalhar para mudar efetivamente o sistema gerador dessa catástrofe é urgente. ●

Enchentes no RS se repetem diante dos recursos insuficientes dos governos de Leite e Melo para enfrentar a crise climática



MUNDO IN-SEGURO: os perigos da financeirização do risco climático

Em muitos países, seguradoras aumentam preços e deixam de atuar em determinados espaços diante do crescente risco climático - uma política que resulta em mais desigualdade e projeta um mundo “insegurável”

A frequência crescente de eventos climáticos extremos tem levado a uma rediscussão sobre o papel dos seguros e suas métricas. A reconfiguração destes dispositivos, cujo objetivo é precificar e contratualizar a proteção contra riscos, possui efeitos que não podem ser negligenciados, sobretudo em contextos de alta financeirização de políticas sociais e da aceleração dos efeitos da crise climática. Em muitos países, no lugar de ajudar a mitigar os danos dessa crise, a política das seguradoras tem acentuado desigualdades.

Isso ocorre porque a reconfiguração do setor privado na área de seguros se dá de dois modos fundamentais: o aumento no custo do prêmio vinculado à proteção patrimonial, e a desclassificação e não aceitação das propostas de seguro em territórios determinados - muitas vezes os mais afetados ou suscetíveis a eventos climáticos extremos. Para piorar, as políticas públicas de reconstrução, adaptação e predição



Tatiana Oliveira

pesquisadora pós-doutora pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará e membro do coletivo de pesquisa ReExisTerra

de desastres ainda são incipientes e não possuem recursos suficientes, sendo incapazes de amortecer os efeitos negativos deste mercado.

A possibilidade de que um mundo convulsionado por recorrentes eventos climáticos extremos tenha a proteção patrimonial suspensa, tornando-se “insegurável”, é a mensagem de um conjunto de reportagens publicadas pelo jornal Financial Times entre fevereiro e agosto de 2014. Nas entrevistas com empresas internacionais de seguros, há o reconhecimento de que o setor foi lento em abordar as implicações das mudanças climáticas.

Além do fracasso das análises estatísticas para avaliar os riscos patrimoniais associados ao clima, as empresas justificam o aumento no custo da aquisição deste tipo de serviço pela perda de faturamento - que nos últimos quatro anos chegou a mais de 100 bilhões de dólares. Outro fator destacado é a retração das resseguradoras, ou seja: quando empresas que compartilham os riscos financeiros das seguradoras desistem de fazê-lo em relação ao mercado de catástrofes naturais.

As seguradoras chegam a afirmar que essas reações ao risco climático - seja pela via no aumento de preços

seja por sua saída de determinados espaços - cumprem um “papel social” de alertar sobre perigos patrimoniais em zonas específicas. O fato é que, como resultado, já é possível observar a reconfiguração da ocupação socioterritorial, tanto no campo quanto na cidade, a partir de uma nova camada de exclusão social e racial provocada pela perda patrimonial em função da mudança do clima.

Nesse sentido, o setor imobiliário, um dos primeiros e mais impactados pela financeirização das políticas sociais no mundo, lidera as preocupações relativas aos seguros patrimoniais no contexto da piora dos efeitos das mudanças climáticas. Segundo o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS, na sigla em inglês), a insegurança habitacional pode crescer devido às novas políticas das seguradoras, potencializando a crise no setor, ele-

vando os custos de vida e ampliando as desigualdades.

É o que já se observa nos EUA, onde muitas famílias enfrentam cancelamentos de seguros habitacionais, enquanto outras são excluídas peremptoriamente das coberturas. O Banco da Inglaterra, por sua vez, estima que 7% das moradias no Reino Unido poderão se tornar “inseguráveis” no curto e médio prazo. Já na Austrália, com o agravamento dos efeitos da crise climática, o Climate Council considera que o país pode se tornar inelegível para acessar seguros imobiliários.

No Brasil - onde a crise dos seguros patrimoniais privados ainda não atingiu os patamares dos exemplos acima, e o mercado para esse tipo de produto ainda é reduzido - as políticas públicas seguem sendo fator crucial para limitar e compensar

A POLÍTICA DAS SEGURADORAS TEM ACENTUADO DESIGUALDADES



os efeitos negativos das catástrofes climáticas. Nesse sentido, a entrada em vigor do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima pode se tornar importante ferramenta para o enfrentamento desse cenário e do racismo ambiental a ele inerente.

Para isso, a ampliação dos recursos destinados para reduzir os riscos de desastres, bem como para aumentar a capacidade de resposta do governo às necessidades de reconstrução, que existirão, é fundamental. No entanto, o financiamento internacional à adaptação climática e o investimento privado na área ainda segue muito aquém das necessidades do conjunto de países em desenvolvimento e, no caso brasileiro, o orçamento público para esse tipo de política ainda é muito baixo.

Para se ter ideia, em 2024, o programa (2318) de gestão de riscos e desastres, alocado no Ministério da

Integração e Desenvolvimento Social, teve cerca de R\$300 milhões de orçamento autorizados, sendo apenas R\$3 milhões efetivamente pagos - ou seja, 1% dos recursos disponíveis. Por sua vez, um levantamento organizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), mostra que cerca de R\$70 milhões de reais foram canalizados para ações do mesmo programa por meio de emendas parlamentares, o que representa apenas 2% do total dos recursos de emendas direcionadas àquele Ministério.

No fim do dia, as escolhas infernais do capitalismo se impõem: subsidiar, com recursos públicos, o risco assumido pelas empresas, ou investir em planejamento climático e territorial para evitar desastres e vítimas. Nesse contexto, identificar quais populações estão mais vulneráveis e como (e ao lado de quem) o poder

público deve atuar é crucial. Somente assim poderemos encontrar soluções efetivas e evitar o aprofundamento de desigualdades sociais e raciais no contexto da crise climática.

Assim, do impacto desigual das catástrofes socioambientais no Brasil e em outros países em desenvolvimento, à insegurança decorrente da financeirização do risco em países desenvolvidos, a luta contra o racismo ambiental cresce. Atualizam-se, afinal, as dinâmicas de despossessão em países ricos, onde se intensificam os impactos negativos sobre comunidades historicamente vulnerabilizadas - marcadamente as pessoas periféricas, migrantes e aquelas pertencentes a grupos étnico-raciais minoritários nesses países.

Nesse contexto, é crucial refletir sobre os novos contornos do colonialismo climático e do próprio racismo ambiental. A restrição do acesso privado e familiar (intergeracional) à proteção contra riscos inesperados já é uma realidade e as disputas relativas à propriedade (moradia, terra e território) podem gerar um crescimento e a intensificação da pobreza e das desigualdades. Há, portanto, uma convergência maior de lutas, que deve fomentar um campo de atuação política aliançada.

Mais do que nunca devemos resgatar os sentidos do internacionalismo desde o chão, sobretudo quando esse chão está cada vez mais seco ou enlameado. ●



Nos EUA, incêndios devastam os arredores de Los Angeles em janeiro de 2025

PERIFERIA SEM RISCO

ENTREVISTA COM GUILHERME SIMÕES

Por **Pedro Charbel**
Editor-chefe da *Jatobá*

Cria do Grajaú, extremo sul de São Paulo, Guilherme Simões tem uma trajetória ligada à transformação social de quase duas décadas. Coordenador nacional do MTST, maior movimento social urbano do país, e militante do movimento negro periférico, Simões tem contribuído com a expansão e fortalecimento da luta urbana e anti-racista em todo o Brasil.

Em 2023, no âmbito do Ministério das Cidades, tornou-se o primeiro Secretário Nacional de Periferias do governo Lula, sendo responsável pela articulação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida nas periferias. Como sua entrevista à *Jatobá* revela, esse esforço tem se dado de modo indissociável do combate aos efeitos desiguais da crise climática, marcadamente no que diz respeito à redução de riscos.

Pedro Charbel: *A realidade da vida nas cidades brasileiras mostra que a questão climática não é algo distante e que seus efeitos são sentidos de modo desigual por quem menos contribui para ela, marcadamente as pessoas mais pobres, negras e periféricas. Ainda assim, recorrentemente, o debate sobre crise climática parece ficar muito distante dessas populações. De que modo colocar a periferia no centro do debate contribui para uma abordagem mais popular e transversal para a crise climática? Que papel a Secretaria de Periferias tem tido nesse sentido?*

Guilherme Simões: A criação da Secretaria de Periferias vem acompanhada de um desafio importante de atualizar a leitura sobre o que

são as periferias urbanas no Brasil e quais são as suas principais necessidades. Nesse sentido, foi muito feliz a escolha do governo de alocar, dentro da Secretaria de Periferias, a agenda de prevenção de riscos - uma agenda que comumente estaria num outro espaço institucional. Isso aponta para o papel que esses territórios, suas populações, e as próprias políticas públicas para esses lugares, têm quando o assunto é emergência climática.

A crise climática não é um problema do futuro, como muita gente vinha projetando até pouco tempo, não é sobre “vamos viver uma crise”, ou sobre “o aquecimento global vai mudar a realidade em algum momento”. Nós já estamos vivenciando isso, e os últimos anos foram de bastante comprovação

de que a emergência climática é um dado da atualidade. Ao mesmo tempo, a discussão do combate às desigualdades não é um tema passado. Tem gente que também insiste nessa ideia equivocada de que o combate à desigualdade é uma agenda ultrapassada, é populismo, é extemporâneo. A própria pressão do mercado para controlar as políticas sociais tem o princípio de que o combate à desigualdade é um tema secundário, antigo. Não é. Nem o combate à desigualdade é tema do passado, nem a emergência climática é um tema do futuro: ambas são agendas extremamente atuais, contemporâneas e que precisam andar juntas.

Quando a gente fala de adaptação climática, de resiliência e da própria emergência climática, nós estamos



© Leandro Vaz

falando de uma atualidade em um contexto sócio-histórico e socioeconômico, em que os principais atingidos pela emergência climática são justamente aquelas populações mais empobrecidas, vulnerabilizadas, que vivem, de modo geral em nosso país, nas periferias dos grandes centros urbanos. Então, nada mais oportuno do que a gente discutir e enfrentar a crise climática a partir da perspectiva das pessoas que vivem nas periferias.

Charbel: *O que isso significa na prática? Que tipos de diálogos e formulações vocês têm desenvolvido com as pessoas que estão vivendo nesses territórios e já transformando e adaptando esses espaços?*

Simões: Os agentes coletivos e organizados nesses territórios possuem acúmulos que são muito importantes. Assim como nas terras indígenas ou nos territórios quilombolas existem saberes ancestrais que ajudam a conduzir ou elaborar políticas menos conflitivas com a natureza, também nos territórios periféricos existe um saber acumulado, um saber da resiliência, que tem muito a ver com a forma como essas populações lidam com o avanço da crise climática à revelia de uma atuação historicamente tímida, para não dizer outra coisa, do Estado. Essas populações estão vivenciando o avanço da crise climática ao longo dos anos, e elas estão também, de alguma maneira, se adaptando, construindo formas de lidar com esse avanço.

Guilherme Simões no Complexo do Alemão durante Caravana das Periferias (Março, 2024)

A Caravana Periferia Sem Risco tem sido uma estratégia importante de escuta e aproximação dos territórios nesse sentido, de conhecer pequenas intervenções que a própria comunidade realiza para lidar com os problemas de alagamento, por exemplo. Temos que incorporar essas iniciativas que acontecem nos territórios, que já estão acontecendo e ganhando cada vez mais força. É essencial valorizar esses saberes e incorporá-los na política para sair daquela política de cima para baixo que estamos acostumados no Brasil, pensada nos gabinetes, em forma de

planilhas, de números, de equações, que desconsideram muitas vezes as pessoas e as relações sociais, sobretudo em territórios tão dinâmicos como esses. Eles crescem muito rápido, mudam muito rápido, então não é possível pensar uma política num ciclo de um ou dois anos, depois ir lá e implementar de cima para baixo. Enquanto tudo isso está sendo pensado e elaborado, as coisas já estão acontecendo e estão mudando no território.

Evidentemente que considerar esse saber prático, do território, não significa desconsiderar o saber técnico, científico, acadêmico. Temos que fundir bem esses acúmulos para construir política pública. Fazer isso torna a política mais eficiente e também aproxima o poder público do território, da população, e isso é fundamental. Afinal, hoje em dia, infelizmente, nós vivemos uma crise institucional,

uma crise da relação entre o Estado e a sociedade, especialmente em territórios mais empobrecidos. Então qual é a forma da gente se reaproximar? A participação social, sim, mas a participação social que considera de fato o que está sendo feito, e não só uma escuta formal.

Charbel: *Os Planos Comunitários de Redução de Risco são um exemplo disso?*

Simões: Sim, acredito que os Planos Comunitários de Redução de Risco e Adaptação Climática são uma das grandes inovações que a gente está construindo. Uma formulação, elaboração e metodologia desse tipo de plano não existiu a nível federal. Em outras instâncias, de alguma maneira, de forma mais ou menos rudimentar, de forma mais ou menos incipiente, existem experiências, mas a gente está tentando criar uma média de acúmulos para que isso possa ser oferecido como política pública. Agora, em parceria com universidades públicas, estamos desenvolvendo experiências piloto nesse sentido.

As pessoas, especialmente os agentes coletivos organizados, estão construindo uma realidade, estão construindo políticas públicas em potencial, que tem tudo a ver com a caracterização que se faz da crise climática nesses territórios. As pessoas estão entendendo a crise climática, estão percebendo que, ano após ano, o nível da água aumenta, o tempo da seca aumenta! E não estão entendendo isso porque o jornal está dizendo, ou porque foi ter aula em algum canto, mas porque a realidade está dizendo. Ao perceber isso, não

Oficina de Mapeamento Popular realizada pela Secretaria Nacional de Periferias em São Paulo (Junho, 2024)



Teto verde no Parque Arará (Rio de Janeiro - RJ) é exemplo de tecnologia social de baixa complexidade para redução do impacto climático

ficam alheias, elas estão reagindo, construindo formas e se planejando coletivamente em muitos casos.

É claro que, do ponto de vista do papel do poder público, isso é complementar a outras ações, não se pode terceirizar o problema. Esses Planos Comunitários se combinam com estratégias mais “globais”, como no caso dos Planos Municipais de Redução de Riscos. Nestes, em cooperação técnica com a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) e com gente que já ajudou a conceber essa outra estratégia, temos uma leitura dos territórios de acordo com seu grau de risco para a indicação dos tipos de intervenção necessárias. Em alguns lugares, aponta-se a necessidade de uma mega obra de engenharia, por exemplo; em outros, um mega paredão de contenção de encosta; ou identifica-se que cabe uma solução mais simples, que envolva mais a participação das pessoas, como uma escadaria hidráulica, por exemplo, um jardim filtrante, algo mais relacionado à adaptação de baixa complexidade, etc. Mas ainda que o Plano Municipal de Redução de Risco e o Plano Comunitário sejam estratégias diferentes, a participação social tem um peso muito significativo em ambas, e as duas se conectam de modo muito importante. O processo participativo permite uma melhor leitura territorial.

Charbel: *Você citou alguns exemplos do que se convencionou chamar de Soluções Baseadas na Natureza, como jardins de chuva e escadarias hidráulicas. Além de mais orçamento, o que falta para esse tipo de iniciativa ocorrer em maior escala no país?*



Simões: Temos que quebrar o preconceito de que esse tipo de intervenção seja rudimentar a ponto de não ter capacidade de ganhar escala, de ser uma política pública de peso. Por isso, foi uma grande vitória criarmos a ação orçamentária de soluções baseadas na natureza para as periferias. Embora não esteja no patamar que a gente deseja ainda, é uma grande vitória, justamente porque tende a estimular e induzir governos estaduais e municípios a adotarem essa mesma estratégia. E esse é o papel do governo federal.

O nosso desafio também é dar uma tinta no nosso contexto socioeconômico às soluções baseadas na natureza, já que esse termo não nasce aqui, vem de um debate de um contexto global. Por isso, a importância grande disso estar na Secretaria de Periferias, junto da agenda de combate às desigualdades e da agenda de resiliência

Nem o combate à desigualdade é tema do passado, nem a emergência climática é um tema do futuro: ambas são agendas extremamente atuais

climática de periferias. Nas periferias é onde as pessoas mais sofrem, mas é também onde nós temos mais condições de mobilizar recursos humanos para adotar as soluções baseadas na natureza com base em saberes locais, em saberes territoriais.

A gente já visitou mais ou menos uns 200 territórios periféricos no país todo, e tem crescido muito a mobilização em torno desse tema. Se mobiliza muito, especialmente os mais jovens, com diversos tipos de ações. Às vezes, são ações mais conceituais mesmo, de querer entender a crise, estudar, viajar, fazer intercâmbio... E muitas vezes são ações práticas: fazer um telhado verde, uma escadaria hidráulica... É sobre intervir na realidade com os recursos que se tem de forma organizada e crítica. Nesse sentido, o Prêmio Periferia Viva é muito interessante porque ele dá

visibilidade a uma amostra de tudo isso. Premiamos 178 iniciativas, algumas delas estatais inclusive, para que se saiba que não é só a comunidade que faz esse tipo de iniciativa.

Charbel: *E em relação a medidas estruturais, como o programa Periferia Viva encara a questão da crise climática?*

Simões: Nesse caso, nós estamos falando de uma mobilização orçamentária significativa, mais de 7 bilhões de reais em obras de infraestrutura, sem contar ações complementares. E o grande diferencial aqui é justamente a articulação da perspectiva territorial, da participação e da integração das políticas públicas. Em geral, se elaboram políticas temáticas, setoriais, que muitas vezes têm uma dificuldade, de dialogar precisamente por isso. Com o Periferia Viva, nós estamos falando de uma política

“NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS EXISTE UM SABER ACUMULADO DA RESILIÊNCIA”



© Ricardo Stuckert /PR

multissetorial, com uma perspectiva territorial, a partir do que as pessoas estão precisando, desejando, e de como elas estão interagindo com o território. A política territorial precisa ler o território, ajudar a diagnosticá-lo e aqui a questão climática é transversal. Combater as desigualdades nesses territórios é combater o racismo ambiental e a injustiça climática de modo geral. Urbanizar favelas, promover regularização fundiária, recuperação ambiental, dar o devido tratamento às encostas, integrar serviços públicos, e por aí vai, é combater a desproporção dos impactos dos efeitos da crise climática sobre as populações periféricas.

Charbel: *Você comentou sobre a importância de dar contornos nacionais a certos debates que vem acontecendo a nível global, mas de que modo, no*

sentido contrário, a abordagem local e territorial pode contribuir com os espaços internacionais de negociação? Como foi a atuação da Secretaria de Periferias no contexto do G20?

Simões: Felizmente, a política de prevenção ganhou mais espaço nesse governo. Não preciso nem falar em comparação com o governo anterior, mas mesmo em relação aos governos do campo progressista de antes. Tem ficado evidente que isso é importante, mesmo do ponto de vista pragmático, é mais barato prevenir do que lidar com o desastre. É mais eficaz para a administração pública investir mais em prevenção do que só na resposta. Nesse sentido, temos atuado internacionalmente ao lado de nossos amigos da Secretaria de Defesa Civil, que é quem cuida da resposta. E foi assim que atuamos no G20, dentro do grupo de trabalho focado em redu-

ção de riscos, que foi criado no ciclo anterior, sob a presidência indiana.

Com a presidência do Brasil neste ano, houve um grau de prioridade importante nesse tema. E a gente propôs uma priorização que foi assentida pelo grupo, que é o combate às desigualdades para redução de vulnerabilidades, entendendo justamente esse conceito que a gente está trabalhando. O combate à desigualdade é uma forma importante de reduzir riscos, é uma forma fundamental de mitigar os efeitos de eventuais desastres, de lidar com os efeitos da crise climática. Ou seja, quanto mais acesso a direito as pessoas têm, mais moradia digna, mais as políticas públicas são acessíveis para essas populações, menos suscetível a risco e, portanto, menos passível a desastres advindos de eventos climáticos essas pessoas estão.

Nós conseguimos construir o consenso ao redor dessa proposta, o que embalou uma declaração ministerial inédita a partir dessa prioridade. Foi uma grande conquista para nós, e do ponto de vista diplomático, mostra que o Brasil é um país atualizado no tema. Do ponto de vista global, para se discutir crise climática, é preciso que o Brasil esteja sentado à mesa e temos posições importantes e autênticas como essa. Quando nós estamos falando de combate à desigualdade, nós estamos falando justamente de levar direito para as pessoas que, historicamente, têm esses direitos negados, e essa é uma contribuição importante para os debates internacionais. 🌍

Presidente Lula e Guilherme Simões no lançamento do Programa Periferia Viva no Palácio do Planalto (Novembro, 2024)



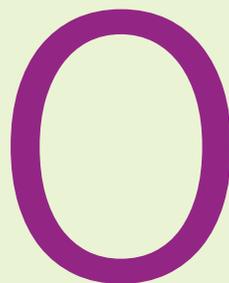
MOBILIDADE HUMANA EM TEMPOS DE CRISE CLIMÁTICA: entre a emergência e a invisibilidade



Rede Sul-Americana para Migrações Ambientais (RESAMA)

Composta por especialistas independentes, pesquisadores, acadêmicos e profissionais, a Rede aborda, desde 2010, a temática da mobilidade humana relacionada a fatores ambientais, objetivando o reconhecimento e proteção das pessoas deslocadas ou imobilizadas em contextos de catástrofes, alterações climáticas e degradação ambiental (<https://www.resama.org/>)

Fatores ambientais e climáticos interagem com vulnerabilidades sociais que resultam em um crescente cenário de migrações e deslocamentos forçados. Apesar disso, a discussão desta temática no âmbito das políticas públicas ainda é tímida



aumento e intensificação de eventos vinculados às mudanças climáticas (inundações, alagamentos, furacões, deslizamentos de terra, elevação do nível do mar, aumento de temperaturas, secas,

desertificação e degradação ambiental) responde a um cenário de crise climática global que pode dar lugar a desastres mais disruptivos e amplamente midiáticos, como as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, ou desastres profundos e mais silenciosos, nem tão veiculados pelas mídias tradicionais, como o agravamento da seca na Amazônia. Em ambos os casos, estes eventos geram uma série de impactos nos

territórios, comunidades, cidades e populações, sobretudo para os grupos mais vulnerabilizados. Um destes efeitos é a (i) mobilidade humana por fatores ambientais, que abarca diversos movimentos como a migração (movimento menos forçado), o deslocamento (movimento mais forçado), a realocação planejada (quando não é mais possível permanecer no lugar) e inclusive a imobilidade, seja involuntária (quando não se tem os meios e recursos para migrar) ou voluntária (quando, mesmo com recursos, as populações optam por manter seus vínculos socioterritoriais).

A mudança do clima e questões ambientais de modo geral não são, no entanto, os únicos fatores que contribuem para estas (i) mobilidades. De fato, em muitos dos casos, o fator ambiental ou climático se soma,



agrava e atua como detonante (gatilho) em contextos de fragilidades socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais já existentes. A (i) mobilidade humana acontece como forma de resposta a desastres, ao risco de que aconteçam, ou à perda de modos de vida e meios de subsistência, em cenários agravados por fatores estruturais e de vulnerabilidade preexistentes, como pobreza, insegurança alimentar, discriminação, violência, falta de acesso a serviços básicos e infraestruturas, entre outros. Desta forma, os desastres e outros impactos ambientais e climáticos geradores de (i) mobilidades humanas não são fenômenos naturais, mas são fruto da interação entre as questões ambientais e as vulnerabilidades geradas por dinâmicas de exclusão e discriminação social, econômica e espacial.

É por esta razão que os desastres com maiores impactos geralmente ocorrem em locais com marcada disparidade na distribuição de recursos, desigualdade de oportunidades, e com baixa capacidade de resposta. A faceta social dos desastres, sejam disruptivos ou silenciosos, está majo-

ritariamente atrelada ao fato de que estes são eventos previsíveis e, em grande parte, passíveis de planejamento e prevenção por meio da redução de riscos e locais inseguros, o combate às vulnerabilidades preexistentes e com o fortalecimento das comunidades afetadas.

Isto ressalta outro aspecto fundamental para compreendermos as (i) mobilidades humanas no contexto de agravamento dos efeitos da crise climática: a vulneração de direitos durante todo o ciclo do movimento. Isso porque a mobilidade humana por fatores ambientais não se reduz ao momento em que acontece o movimento, mas inclui também o momento prévio (já que as vulnerabilidades e exposição a riscos ambientais e climáticos deixam as populações suscetíveis à migração, deslocamento ou imobilidade) e o momento posterior (quando as populações deslocadas, geralmente após um desastre ou por risco deste, retornam aos seus locais de origem precisam ser realocadas devido aos riscos ou à perda de suas moradias, dos modos de vida e meios subsistência).

Mais de 735 mil pessoas ficaram sem suas casas durante as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024

É preciso reivindicar a inclusão da (i)mobilidade por fatores ambientais e climáticos nas políticas públicas

Cada uma destas etapas demanda uma série de ações e políticas específicas direcionadas a: mitigar e implementar medidas de prevenção e redução de risco de desastre ambiental e climático; implementar medidas de adaptação, resiliência e planejamento territorial; reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas estruturais; garantir a participação na avaliação do risco ambiental e climático que afeta os territórios; outorgar garantias para que a migração seja uma opção como recurso de adaptação (e não apenas de sobrevivência); a realocação em áreas não expostas a riscos; garantir o direito de participação efetiva e tomada de decisão na realocação planejada; direito à reparação e ao restabelecimento do tecido social e cultural, entre outras. Por esta razão, é preciso interiorizar que o desastre, seja disruptivo ou silencioso, não se esgota na situação de emergência. Ele é antecedido por uma série de fatores de vulnerabilidade (passíveis de ser endereçados por políticas públicas) que dão lugar ao desastre, e cujos impactos se prolongam no tempo, exatamente quando a situação de emergência “passa”, agravando a situação de invisibilidade e abandono das pessoas deslocadas. Neste contexto, como amplamente observado nas inundações no Rio Grande do Sul em 2024, muitas pessoas perdem não apenas suas moradias, mas também sofrem perdas humanas, materiais e culturais, a perda de modos de vida, de meios de subsistência, de víncu-

los socioterritoriais, do tecido social, de histórias, de memórias, e outros tantos elementos que fazem possível a vida digna em comunidade.

Apesar do crescente cenário de migrações e deslocamentos forçados por fatores ambientais e climáticos em todo o mundo, a discussão desta temática no âmbito das políticas públicas ainda é tímida. No âmbito internacional, alguns esforços têm sido feitos para reconhecer os chamados “refugiados climáticos” a fim de garantir alguma forma de proteção das pessoas afetadas por este fenômeno. Contudo, por se tratar de um instituto específico de proteção com grande peso político para os países e aplicado em casos de perseguição, estes esforços não têm avançado.

Projeto de Lei da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) quer instituir Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos



Dada a complexidade deste fenômeno, é preciso uma abordagem integral e transversal que articule diferentes frentes e agendas de trabalho. No âmbito nacional, é preciso articular a agenda ambiental e climática, junto à de Redução de Risco de Desastre (RRD), mobilidade humana e direitos humanos, a fim de prevenir o deslocamento e as remoções forçadas. No âmbito local, também será necessário articular as agendas de planejamento territorial, habitação, infraestrutura e serviços sociais com o objetivo de garantir o direito das pessoas: (i) a permanecerem nos seus territórios e comunidades com segurança e dignidade, (ii) de optarem pela migração quando assim o decidirem, ou (iii) decidirem

pela realocação planejada quando comprovadamente necessária (como medida de último recurso), garantindo a participação delas na avaliação do risco ambiental e climático, e a inclusão das perdas e danos no processo. Em todos os cenários, e em particular para o último, é preciso que as comunidades e seus habitantes expostos a riscos de desastres se apropriem desta discussão em torno da reivindicação da proteção e garantia de direitos nas diferentes etapas do ciclo do movimento.

Hoje, além de projetos de lei sobre o tema (entre os quais destacamos o PL No. 1.594 de 2024 - Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos, da deputada Erika Hilton) e a Política Nacional de Direitos das

Populações Atingidas por Barragens (que aborda em parte os desastres por barragens), não existe no Brasil uma política de proteção para as milhares de pessoas que já estão sendo afetadas por este fenômeno ou para as que podem vir a sê-lo. É preciso reivindicar a inclusão da (i) mobilidade por fatores ambientais e climáticos nas políticas públicas, já que para algumas comunidades a migração e a realocação será talvez a única estratégia de adaptação ou medida de último recurso. Do mesmo modo, é preciso ficarmos atentos à forma como estas políticas serão construídas. Considerando que os grupos mais afetados são aqueles que menos tem contribuído para a crise climática e que mais sofrem com o atual sistema de exclusão social e racial, como as populações indígenas, rurais, tradicionais, negras, quilombolas, migrantes, faveladas, entre outros, esta temática deve ser abordada desde uma perspectiva interseccional, antirracista e de justiça ambiental e climática, garantindo que o risco climático não seja instrumentalizado para o benefício de determinados grupos de interesse.

Há, ainda, uma série de desafios em relação a este fenômeno, como a insuficiência de dados para visibilizar os deslocados e migrantes por fatores ambientais, um melhor entendimento das dinâmicas locais onde acontece a (i) mobilidade, a falta de políticas específicas de proteção, entre outros. Contudo, isso não pode servir de argumento para o Estado e os representantes políticos se isentarem da responsabilidade de reconhecer e proteger os direitos da população afetada, nem para negar à população o direito de migrar e de permanecer com dignidade e segurança em seus territórios. ●



© Matheus Alves

A LUTA POR TETO E PÃO EM MEIO À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Diante do agravamento da crise climática, a reforma urbana é ainda mais urgente. Com Cozinhas Solidárias e Emergenciais, planos comunitários de redução de risco, e ações territoriais verdes, o MTST tem enraizado e capilarizado a luta socioambiental

Júlia Ladeira

Geógrafa e coordenadora nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)



Quando a pandemia de Covid-19 assolou o mundo, ficou nítido que ainda que enfrentássemos um desafio global, não estávamos todos no mesmo barco: a tempestade era geral, mas

alguns navegavam embarcações de luxo - podendo ficar em casa em segurança e com comida na mesa -, enquanto outros pilotam jangadas ou nadavam em mar aberto. No Brasil, junto com o vírus, veio a pandemia do negacionismo e da fome e, não fosse a força do SUS e a solidariedade de movimentos sociais e da sociedade civil, a tragédia seria ainda maior.

Com a crise climática, a lógica é a mesma: a ação capitalista predatória sobre a Terra tem gerado alterações profundas no funcionamento de todo o planeta, mas os impactos dessas mudanças não são, nem serão, vividos de modo igualitário. As enchentes que atingiram cerca de

95% das cidades gaúchas e deixaram mais de 735 mil pessoas sem suas casas são exemplo disso: embora as águas tenham atingido pessoas de diferentes classes sociais, as consequências e a capacidade de cada uma de enfrentá-las e se recuperar eram radicalmente diferentes.

De modo geral, nas áreas periféricas, onde há menos investimento em infraestrutura básica, são inúmeras e frequentes as histórias de pessoas que perdem o pouco que conseguiram conquistar com seu trabalho em decorrência de enchentes e deslizamentos. Antes mesmo do desastre no Rio Grande do Sul, a média de mortos em decorrência de chuvas fortes no Brasil era de uma pessoa a cada 3 dias: uma expressão severa da lógica excludente e violenta que rege a construção e manutenção das cidades em nosso país.

Instrumentos como planos diretores, que deveriam criar estratégias para minimizar as desigualdades e favorecer o acesso à cidade para todos, são utilizados em favor da especulação imobiliária, promovendo a gentrificação e a “expulsão”



Cozinha Solidária da Azenha chegou a distribuir 4 mil refeições diárias durante a crise das enchentes (Porto Alegre, 2024)

de pessoas de baixa renda para áreas periféricas, onde os riscos são maiores. No caso do desastre no Rio Grande do Sul, essa mesma lógica marginalizadora foi reproduzida também nas primeiras ações do plano de reconstrução do estado, com cidades provisórias e pessoas amontoadas em espaços precários, distantes, sem acesso a direitos básicos e com riscos de adoecimento.

Em contextos como esse, a fome e a insegurança alimentar, já tão presentes na realidade das famílias periféricas, são aprofundadas e agravam a perversidade do racismo ambiental no Brasil. Aqui, as Cozinhas Solidárias ganham novos contornos. Criadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) no contexto da pandemia de Covid-19, elas já são mais de 50 espalhadas pelo Brasil: além do preparo e distribuição de refeições saudáveis gratuitas, estes espaços geram conexões importantes nos territórios, transformando-se em locais de referência comunitária e articulação política, promovendo atividades de ensino, cultura, saúde e lazer.

Diante do aumento da intensidade e da frequência dos eventos climáticos extremos, as Cozinhas Solidárias também passaram a responder a momentos emergenciais, começando pela tragédia climática que assolou Petrópolis (RJ) em 2022, quando foram distribuídas mais de 1200 marmitas em apenas 4 dias de atuação na região afetada. Nos anos subsequentes, as Cozinhas Solidárias de Emergência se fizeram presentes nas enchentes que atingiram Minas Gerais, Pernambuco, Acre, e, mais recentemente, no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, a Cozinha da Azenha, chegou a distribuir 4 mil refeições diárias durante a crise, superando a marca de 87 toneladas de alimentos preparados e distribuídos a várias regiões, algumas acessíveis apenas por barcos. Além de alimentação, o local oferecia atendimento médico e se tornou um pólo de articulação de doações.

Na contramão disso tudo, estão aqueles que preferem atacar os movimentos organizados com fake news e fortalecer o negacionismo climático: aqueles que trabalham a serviço do agronegócio e das empresas que

exploram a natureza a todo custo, impactando a vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em nome do lucro e da concentração de renda. Responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, suas ações reverberam negativamente na realidade das periferias urbanas, onde quem menos contribui para a crise, sofre suas mais severas consequências.

Assim, se algum dia houve dúvida da importância da conexão da luta entre movimentos do campo, floresta e cidade, o agravamento da crise climática evidencia que não há outro caminho. A aprovação do Programa Cozinha Solidária, construído a partir da experiência do movimento social popular, é uma vitória nessa direção: através do Programa de Aquisição de Alimentos, a produção de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária passa a chegar às refeições distribuídas nas periferias urbanas.

Se o negacionismo climático é uma máquina produtora de pessoas sem-teto, não há como pensar e promover uma verdadeira agenda climática brasileira sem passar, necessariamente, pelo combate às desigualdades nas cidades e mudanças no paradigma de planejamento, adaptação e processos de reconstrução. Nesse sentido, além de seguir travando a luta por moradia e direito à cidade, o MTST tem reivindicado políticas transversais e participativas para promoção da segurança e soberania alimentar, prevenção, mitigação, redução de riscos, e adaptação nas periferias.

Iniciada logo após as enchentes de maio de 2024, a ocupação Maria da Conceição Tavares, localizada no coração de Porto Alegre, em um grande imóvel abandonado há décadas, materializa muito desse esforço e se opõe às medidas tomadas para reconstrução da cidade que reforçam a desigualdade e a especulação imobiliária. Para além do investimento prioritário nas periferias, a ocupação Maria da Conceição Tavares evidencia também a necessidade de uma reforma urbana justa, que promova,

inclusive, a requalificação de prédios abandonados para moradia popular e acesso às regiões centrais pela população em geral.

Além disso, através do trabalho territorial, o MTST tem promovido experiências que enraizam e capilarizam ações e formulações populares sobre a luta socioambiental: de hortas comunitárias à cisternas e composteiras, de oficinas de bioconstrução à articulação de cooperativas de catadores. O movimento também tem desenvolvido experiências piloto para a prevenção de desastres, através da elaboração de Planos Comunitários de Prevenção de Risco e Adaptação Climática, em parceria com a Secretaria de Periferias do Ministério das Cidades em São Paulo e em Rio Branco, colaborando com uma necessária inversão da lógica que costuma imperar nas políticas para as periferias: em vez de remover as pessoas, mitigar o risco gerado pela desigualdade e falta de infraestrutura.

Por fim, é importante ressaltar que o povo das periferias já se organiza de diferentes formas para conviver e diminuir os efeitos da crise climática. Deslizamentos e enchentes não são novidade nessa realidade, sendo ur-

gente popularizar o debate climático para que as causas e consequências sejam evidenciadas para a maioria da população. As mobilizações populares ao redor da COP-30 no contexto da Cúpula dos Povos, que conta com mais de 200 organizações e entidades, vem se organizando nesse sentido, lutando para que as pautas prioritárias dos movimentos, povos e comunidades tenham visibilidade.

Nesse contexto, o MTST tem ressaltado a importância da compreensão da crise climática em relação à realidade urbana e buscado qualificar o debate sobre a importância da solidariedade - um importante valor norteador de nossas ações mas que, se expresso apenas de forma emergencial e momentânea, não é suficiente para transformar a sociedade. A organização popular é fundamental nessa tarefa e, se queremos de fato combater a crise climática e seus efeitos, é preciso mudar o próprio paradigma do planejamento territorial urbano. 🌱

Ocupação Maria Conceição Tavares no antigo prédio do INSS de Porto Alegre (2024)



ESTADO DA COP-30 LIDERA RANKING DOS MARCADOS PARA MORRER

Expansão do agronegócio e da mineração ameaça lideranças e chega a envenenar comunidades inteiras



© Tomaz Silva/Agência Brasil

Assim como irmã Dorothy, defensores dos Direitos Humanos continuam sendo vítimas do latifúndio no Pará



Simone Romero

Jornalista

Vinte anos depois do assassinato da missionária Dorothy Stang na região da Transamazônica, dezenas de lideranças socioambientais seguem marcadas para morrer no Pará. O estado, que sediará, em novembro, a 30ª Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (COP-30), é a unidade

da federação com maior número de ativistas ameaçados de morte. Apesar da visibilidade internacional e da comoção que homicídios como o da religiosa geram em todo o mundo, ainda faltam ações mais efetivas de enfrentamento aos crimes ambientais, promoção da regularização fundiária e demarcação de terras indígenas..

De acordo com o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), executado pela sociedade civil com cofinanciamento dos estados e da União, mais de 150 lideranças no estado do Pará estão ameaçadas de morte e incluídas em ações protetivas - um número que pode ser ainda maior, se forem consideradas os ativistas que sofrem ameaças e sequer chegam a ser atendidos pelo Programa.

Entre os anos de 2019 e 2022, foram 143 violências cometidas contra defensoras e defensores no Pará, em sua maioria lideranças que atuam na defesa do meio ambiente, regularização fundiária, demarcação indígena e titulação quilombola. Entre os casos violentos, destacam-se 19 assassinatos, 77 ameaças e 25 atentados. Estes números fazem parte da pesquisa "Na Linha de Frente", desenvolvida pelas organizações Terra de Direitos e Justiça Global, com base em dados coletados a partir de análise de notícias, casos assessorados pelas organizações e cruzamento de relatórios.

A invasão dos territórios por setores econômicos como o agronegócio, a mineração e a exploração madeireira, converte as lideranças socioambientais em alvos a serem eliminados no meio do caminho do capitalismo em direção ao lucro. “A tese do marco temporal é uma anunciação disso, assim como o assassinato de lideranças quilombolas e a imposição de minas e monoculturas nas terras utilizadas pelas comunidades tradicionais, o envenenamento de rios de comunidades ribeirinhas, o deslocamento forçado de comunidades já historicamente deslocadas. A terra também é a chave para a proteção desses defensores e defensoras”, destacou a relatora especial das Organizações das Nações Unidas sobre pessoas defensoras de direitos humanos, Mary Lawlor, em sua última visita ao Brasil.

Ameaças e envenenamento

Além das ameaças direta de morte, outro fator que coloca em risco a vida na Amazônia é o envenenamento, que tem atingido comunidades inteiras, com a pulverização aérea de agrotóxicos realizada em áreas como as de cultivo de arroz, na ilha do Marajó, e em plantios de soja nas regiões Nordeste, Sudeste e Oeste do Pará. Quase a totalidade dos estados brasileiros permite essa prática nociva, que tem gerado danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

É o caso da comunidade São Francisco da Volta Grande, próximo à BR-163, no município de Belterra, no Pará, cujos moradores têm sido vítimas da pulverização indiscriminada de agrotóxicos por sojeiros da região. Por três vezes nos últimos dois anos, as aulas da Escola Municipal Vitalina Mota tiveram que ser interrompidas e estudantes e professores encaminhados aos postos de saúde com náuseas,

Ameaças acompanham expansão da mineração e agronegócio sobre a floresta e os territórios - Barcarena (Pará), 2024

vômito, alergias, dor na cabeça e nos olhos, por conta do veneno despejado nas plantações de soja no entorno do estabelecimento de ensino.

Após as duas primeiras ocorrências de contaminação, ainda em 2023, diversos órgãos foram acionados e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) proibiu o uso de agrotóxicos na área e aplicou uma multa de R\$ 1 milhão ao sojeiro responsável pela pulverização. Mesmo assim, o despejo de pesticida seguiu e, em junho de 2024, mais de 20 pessoas passaram mal novamente.

“Vivemos sob risco. Não podemos sequer trabalhar e nossas crianças tem o direito básico à educação violado. Nos sentimos desrespeitados e ameaçados, enquanto o agronegócio avança sob nossas florestas e rios e nossas vidas, sem que o Estado faça algo de concreto, proibindo a pulverização de veneno e responsabilizando aqueles que destroem a Amazônia”, denuncia a professora da Escola Vitalina Mota, Heloíse Rocha.

Limites para a proteção

As constantes ameaças que as lideranças ambientais seguem sofrendo preocupam representantes de entidades que atuam na defesa dos direitos humanos. Mesmo com a chegada ao poder do governo Lula, os conflitos territoriais persistem e ainda há muito a avançar em temas como a demarcação de terras indígenas e regularização de comunidades tradicionais, na avaliação da advogada Suzany Brasil, do Programa Amazônia

Mais de 150 lideranças no estado do Pará estão ameaçadas de morte



da Terra de Direitos e conselheira do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Pará (CEDH-PA). “A expectativa era bastante alta e não se concretizou. Na verdade, nesse momento, a maior preocupação que os nossos parceiros dos movimentos indígenas têm e que nós compartilhamos é o risco de retrocessos como, por exemplo, o marco temporal”, afirma.

Suzany destaca que a questão orçamentária tem sido uma barreira. “Os órgãos responsáveis pela regularização fundiária e reforma agrária, em sua maioria, tiveram os seus orçamentos reduzidos e têm sido desmantelados. Essa é uma questão que muito preocupa e que muito se tem debatido nas diversas esferas”, revela a advogada.

Em paralelo, a violência contra defensores e defensoras de direitos humanos vai sendo acrescida de novos contornos com a entrada de agentes como o tráfico, tanto de drogas quanto de armas e até de pessoas. “O crescimento da violência contra lideranças por pessoas relacionadas ao tráfico é um dado que acrescenta mais um desafio nesse cenário complexo de enfrentamento a esta violência”, preocupa-se Suzany.

Apesar das críticas, Suzany Brasil ressalta que é possível identificar alguns avanços nas políticas de proteção de defensores. “Ainda é incipiente diante do cenário, dos dados e da complexidade das violências, mas a gente tem visto nos últimos anos as instâncias internacionais pressionando o Brasil a dar essa proteção mais efetiva e o país vem fazendo movimentos que nos dão esperança de melhorias como, por exemplo, a implementação do Grupo de Trabalho Sales Pimenta, para a elaboração de propostas para a Política Nacional de Proteção a Defensores, e a retomada do Conselho Deliberativo, com a efetiva participação da sociedade civil. Além disso, temos em nível estadual a proposta de criação de pólos regionais do Programa de Proteção, com a mudança de instituição executora e as alterações na composição do Conselho Estadual de Direitos Humanos, que passou a ser paritário entre governo e sociedade civil”, avalia.

Para o advogado da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e membro do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Pará, Nildon Deleon, uma das limi-

tações do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras é o enfrentamento das questões estruturais e estruturantes dos conflitos. “A gente reivindica a proteção do defensor, mas a gente sabe que ela só vai ser garantida em sua integralidade quando se conseguir superar o motivo do conflito e se responsabilizar os autores das violações. É insuficiente a gente conseguir garantir medidas de proteção, muitas vezes individuais, para uma pessoa que está dentro de um ponto do conflito, sob ameaça, sem entender que é uma liderança que está dentro de um contexto de uma comunidade que também está desprotegida”, afirma.

Embora compreendam os limites da COP-30, as expectativas das lideranças é que a Conferência no estado do Pará jogue luzes sobre as ameaças de morte a defensores e amplie a repercussão das lutas dos povos da Amazônia, para que casos como o martírio de Dorothy Stang fiquem como memória do passado e não continuem sendo constante no presente e nem um anúncio de futuro para aqueles que dedicam à vida para defender a floresta, a terra e os rios. ●



A BARBÁRIE CLIMÁTICA DE DONALD TRUMP



Jorge Lefevre Tavárez



Manuel Rodríguez

*Integrantes da
Comissão Política da
Democracia Socialista
de Porto Rico*

Além de acentuar a destruição ambiental promovida pelos EUA, o retorno de Trump à Casa Branca promove um negacionismo climático extremo, expande a mineração em terras raras, dá mais poder às big-techs, e aumenta o controle da Suprema Corte e os ataques a trabalhadores

Da nova presidência de Donald Trump, podemos esperar tanto uma continuidade quanto uma ruptura com relação às políticas ambientais dos últimos quatro anos sob a presidência de Joe Biden e do Partido Democrata. Não se deve esquecer que parte da explicação para o triunfo de Trump está na incapacidade do Partido Democrata de se apresentar como uma alternativa ao cenário atual dos Estados Unidos, e isso inclui a questão ambiental. A alternativa eleita, entretanto, é a face mais bizarra das contradições dessa sociedade.

Não há dúvida de que Donald Trump continuará com a política nociva do fracking, que o governo de Joe Biden defendeu e que, para surpresa de muitos, Kamala Harris pretendia continuar¹. Veremos a mesma continuidade nos planos de renovação da exploração de minérios, como parte da competição imperialista com a China para dominar o mercado desses recursos.

O fracasso do Partido Democrata em promover e aprovar um Green New Deal talvez seja o momento

¹ <https://shre.ink/bAOF>



Protesto contra Donald Trump em Washington (EUA, 2017)

mais dramático de suas limitações e de Joe Biden em relação ao meio ambiente. O Green New Deal envolvia um investimento estatal de vários bilhões de dólares que buscava reavivar a economia dos EUA em um modelo diferente, com limitações, certamente, mas que reduziria a atual lacuna metabólica entre os seres humanos e seu ambiente. Diferentemente do discurso empresarial dominante, ele propunha um projeto econômico que cuidaria do meio ambiente e criaria um grande número de empregos. A proposta, é claro, embora significasse um passo à frente nas lutas ambientais, está longe de se assemelhar a um programa de transição ecossocialista. A lógica subjacente ainda era a do capital, na qual os “lucros verdes” possibilitariam o desenvolvimento econômico e a criação de “empregos verdes”². Esse projeto de lei, que ressoou tão fortemente na primeira metade do governo Biden, não foi aprovado e mal foi tema de campa-

² <https://shre.ink/bAOX>

na em 2024, o que explica em parte a perda de apoio do partido.

Delírios fascistas e eco-genocidas: a barbárie ambiental está retornando

Mas a presidência de Donald Trump, sem dúvidas, não só acentuará a destruição ambiental, como também a fará em um tom que embute delírios fascistas e eco-genocidas: barbárie ambiental está retornando à Casa Branca. Trump, por exemplo, já manifestou sua intenção de se retirar do Acordo de Paris, que, embora insuficiente, representou um avanço em relação às metas ambientais da “comunidade internacional”. Agora, em vez de ignorar a crise climática, como fez Biden, o governo Trump a negará, como fez em sua

primeira presidência, chamando-a de “mentira chinesa”, com o objetivo de tornar os Estados Unidos mais competitivos. Ainda não se sabe, por exemplo, o que acontecerá com as instituições ambientais federais, como a Agência de Proteção Ambiental, que ele já prometeu fechar.

Seu negacionismo climático, em parte, explica seu anti-intelectualismo, que inclui a eliminação do Departamento de Educação e uma campanha para impor altos impostos às universidades privadas dos Estados Unidos, a fim de criar uma “Academia Americana” virtual e fraudulenta que substituiria a atual estrutura de diplomas universitários. Dessa forma, as universidades parariam de criar “comunistas e terroristas”, “simpatizantes do jihadismo” - nas palavras de Trump. Mesmo as universidades produtoras de elite, como Harvard, mencionada nominalmente em seu discurso, não são poupadas do ataque à educação³. Na Flórida, forças republicanas de extrema direita já colocaram em xeque a liberdade acadêmica em universidades públicas e, embora os EUA não tenham universidades “federais”, apenas “estaduais”, isso pode ser replicado de outras formas sob a nova presidência.

Sob o governo Trump, a mineração de terras raras provavelmente assumirá um caráter ainda mais imperialista do que sob Biden. Uma leitura cuidadosa do Projeto 2025, o programa de políticas elaborado pela Heritage Foundation e que o governo de Donald Trump parece

³ <https://shre.ink/bAOK>

que seguirá de perto, pode até levar à conclusão de que é esse interesse que dá um novo significado à posse de colônias pelo governo dos EUA, bem no século XXI, e a novas incursões invasivas. Em Porto Rico, por exemplo, uma colônia sob a máscara legal de “território não incorporado”, há uma séria ameaça de retorno da proposta de mineração a céu aberto, que as lutas ambientais conseguiram impedir até agora⁴. Desde a imposição, durante o governo democrata de Barack Obama, de um Conselho de Controle Fiscal ditatorial que controla a economia e as políticas públicas de Porto Rico, existe o perigo de uma nova campanha de mineração. Trump pode dar início a um novo período nessa tentativa.

O poder destrutivo de Trump, evidentemente, vai além de sua política especificamente voltada para o meio ambiente. O fato de ele poder nomear um juiz da Suprema Corte durante sua presidência, por exemplo, limitará ainda mais os poucos recursos legais que as lutas ambientais têm para impedir projetos de desenvolvimento. Os ataques ao sindicalismo também terão consequências indiretas importantes para o meio ambiente. Em um momento em que o sindicalismo dos EUA está se renovando e começando a assumir demandas ambientais, não há dúvida que a agressão será feroz.

Pelo menos um primeiro movimento já está em andamento, liderado por Elon Musk - da SpaceX, Tesla, X, e agora integrante do gabinete proposto por Trump para chefiar o recém-inventado Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) - e Jeff Bezos - CEO da Amazon - que estão argumentando a inconstitucionalidade do National

Labor Relations Board (NLRB), a agência que supervisiona a organização sindical e a aplicação de leis e acordos no setor privado⁵. Embora o argumento jurídico seja fraco, uma Suprema Corte republicana e trumpista poderia fazer aprovar qualquer decisão contra a agência, cujas possíveis consequências ainda estão sendo debatidas.

A situação imediata, que inclui uma legislatura dominada pelos republi-

5 <https://shre.ink/bAOq>

A perspectiva é sombria, mas nem tudo está perdido

4 <https://shre.ink/bAOj>



© Nrbelex/Flickr

CUIDAR DA TERRA:

Passos urgentes de uma trilha ancestral

A demarcação de terras indígenas deve fazer parte de qualquer estratégia de preservação da biodiversidade e mitigação da crise climática. Além disso, reconhecer os direitos da Natureza, tipificar o crime de ecocídio, e aprovar o Acordo de Escazú, são passos urgentes para cuidar do planeta

Célia Xakriabá

Deputada federal pelo PSOL/MG, foi a primeira presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, e primeira indígena doutoranda em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais



N

ão há como falar de preservação ambiental sem reconhecer o papel central dos povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais nesse processo. É uma pena que tivemos que chegar próximo ao chamado “ponto de não retorno”, para que o nosso protagonismo começasse a ser mais considerado nesse debate. Os territórios indígenas são os responsáveis por salvaguardar 45% das florestas intactas do planeta. Só na Bolívia, Brasil e Colômbia, esses territórios evitaram que entre 43 a 60 milhões de toneladas de CO2 fossem liberadas. Isso é o mesmo que retirar 13 milhões de automóveis de circulação por ano.

Conforme observou o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), apesar de sermos menos de 5% da população mundial, somos hoje responsáveis por preservar mais de 80% da biodiversidade no mundo. Esses dados são mais que estatística, corroboram o que nós já temos praticando e falado: proteger os territórios indígenas é o mesmo que proteger o planeta. Nossos territórios são berços de vida, biodiversidade e cultura, e não podem ser tratados como notas de rodapé nas grandes negociações. Eles são o coração pulsante da solução e demarcá-los é passo urgente para trilhar uma possibilidade de futuro.



Sônia Guajajara e Célia Xakriabá foram eleitas pelo PSOL para a Câmara dos Deputados em 2022 (Brasília, 2023)

Por isso, ao participar da 16ª reunião da Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em Cali, na Colômbia, levei não só a defesa da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal e de todos os biomas brasileiros, mas também um chamado à justiça: a justiça climática e a justiça para os povos originários e comunidades que historicamente têm cuidado da terra. Nós cuidamos da Terra porque entendemos que ela não é apenas o lugar em que vivemos, ela faz parte de nós, é nossa família, nossa vó, nossa mãe e nossa irmã.

Nesse sentido, como deputada federal, apresentei a Indicação nº 1231/2024 à Presidência da República, em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério dos Povos Indígenas, para que seja incluída na Estratégia e os Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) a demarcação das Terras Indígenas como ação do governo brasileiro. Nosso objetivo é que as políticas ambientais não fiquem só no papel, mas cheguem aos territórios e às mãos de quem mais protege a natureza e a biodiversidade.

A demarcação de Terras Indígenas também é instrumento essencial para que o Brasil possa cumprir com sua nova

NOSSOS TERRITÓRIOS SÃO BERÇOS DE VIDA

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC na sigla em inglês), apresentada na COP 29, em Baku, no Azerbaijão. Segundo estudo divulgado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC), Terras Indígenas não demarcadas têm maiores taxas de desmatamento (0,2% ao ano), em comparação com as Terras Indígenas declaradas, regularizadas e homologadas (apenas 0,05% ao ano). Se o país quer cumprir a meta de redução de emissão de gases-estufa de 59% a 67% até 2035, a demarcação é um caminho incontornável.

Frear a crise climática e preservar nossa biodiversidade significa defender todas as formas de vida na Terra. É por isso que, em consonância com os debates internacionais latinoamericanos, elaboramos uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em Defesa dos Direitos da Natureza. O projeto, inspirado na cosmovisão indígena-

na, é um passo importante para reconhecer a natureza como sujeito de direitos no Brasil, conferindo-lhe proteção jurídica própria. O objetivo central é garantir que os ecossistemas e os elementos naturais, como rios, florestas e montanhas, sejam tratados como entidades com direitos fundamentais, independentemente de sua utilidade econômica para os seres humanos.

Já temos iniciativas legislativas no país, a nível estadual e municipal, que seguem a mesma linha de entendimento. Como exemplo de avanço nessa agenda no Brasil, temos leis sancionadas nos municípios de Bonito e Paudalho (PE), Florianópolis (SC), Serro (MG), Porteirinha (MG) e Serranópolis (MG), Alagoa Nova na Paraíba (RO) e Guajará-Mirim (RO), além do reconhecimento dos direitos do Rio Laje (RO), Komin-memem na língua originária, e do Rio Mosquito (MG), a partir de um movimento socioambientalista concentrado na Articulação Nacional dos Direitos da Natureza.

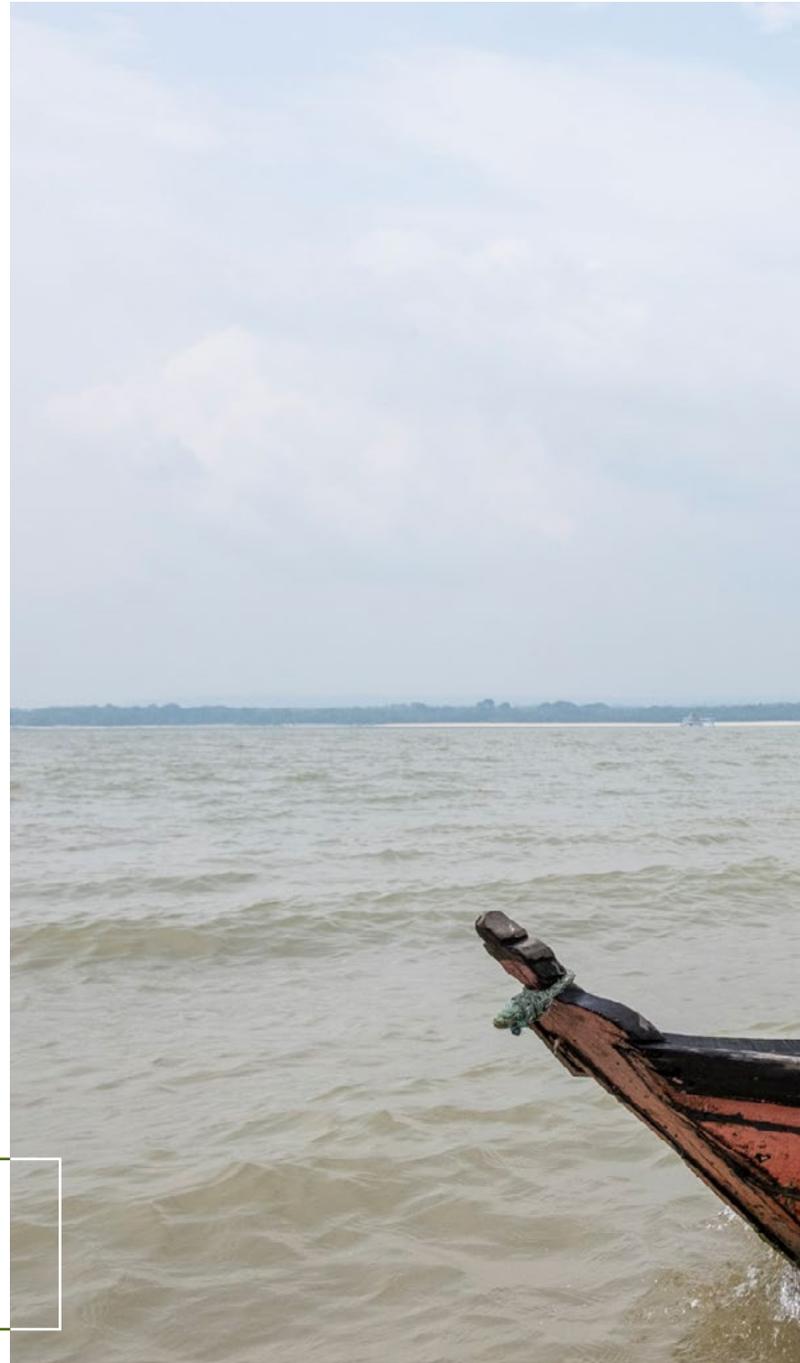
A PEC também se inspira em legislações internacionais, como a Constituição do Equador de 2008, que reconhece os “direitos da Pachamama” (Terra), e a Lei dos Direitos da Mãe Terra da Bolívia, que incorpora o conceito indígena do “Bem Viver” (Sumak Kawsay). Esses países latino-americanos têm liderado o movimento global de reconhecimento dos direitos da natureza, fundamentando suas legislações na coexistência harmoniosa entre humanos e meio ambiente, inspirando a proposta brasileira.

A tipificação do crime de ecocídio é outro passo importante relevante para promover um novo modelo de convivência com o meio ambiente. Proposto pela Bancada do PSOL em 2023, o Projeto de Lei 2933/2023 propõe uma alteração na Lei de Crimes Ambientais para adoção do novo crime de ecocídio, voltado para a criminalização de casos sérios de destruição ilegal ou temerária do meio ambiente. Desde sua proposição, tenho trabalhado pela sua aprovação, sabendo que não se trata apenas de punir, mas de enviar uma mensagem urgente: o Brasil não será mais cúmplice da devastação ambiental e da violência contra a vida.

Nesse sentido, outro passo crucial que temos defendido é a aprovação do Acordo de Escazú (MSC 209/2023) pelo Congresso Nacional. Esse acordo internacional é uma

ferramenta essencial para garantir transparência nas decisões ambientais e proteger defensores dos direitos humanos, muitos dos quais são lideranças indígenas e quilombolas. O acordo está aberto a 33 países da América Latina e Caribe, mas, dos 24 signatários, apenas 14 já o ratificaram, dificultando sua implementação e eficácia na região. No Brasil, onde o sangue dos que defendem a terra tem sido historicamente derramado com impunidade, levando-nos à posição lastimável de 2º país que mais mata defensores ao meio ambiente, o Acordo de Escazú é um pacto de esperança e resistência.

Indígenas reivindicam demarcação durante protesto contra Ferrogrão e impactos da soja no Tapajós (Pará, 2024)



Às vésperas de sediar a COP 30, o Brasil tem a responsabilidade de liderar pelo exemplo. Precisamos mostrar ao mundo que sustentabilidade não é um conceito abstrato, mas uma prática viva nos territórios indígenas e tradicionais. É nos nossos territórios que a floresta fica em pé, que os rios correm livres, que o ar permanece puro. Temos um desafio de descolonizar a história, o olhar e o pensar, porque toda monocultura mata - e mata não somente o território, mas também o pensamento, nossa sociedade e nossas gerações. Temos que cuidar da Terra, pelo futuro da natureza, pelas nossas crianças, pelos que ainda estão por vir. 🌱

80%

DA BIODIVERSIDADE NO MUNDO É SALVAGUARDA PELOS POVOS INDÍGENAS



O ECOSOCIALISMO DE KARL MARX

João Machado

Professor Doutor do Departamento de Economia da PUC-SP



O Ecosocialismo de Karl Marx

capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política

Kohei Saito

Expressão Popular



Como o título indica, O Ecosocialismo de Karl Marx – Capitalismo, Natureza e a crítica inacabada da Economia Política, do filósofo japonês Kohei Saito, pretende mostrar que Marx tinha um pensamento ecosocialista, ainda que, naturalmente, não usasse este termo. O livro desafia o que pensam muitos ecologistas, que consideram Marx um autor “produtivista”, cego aos problemas ecológicos.

Desde fins da década de 1990, alguns autores começaram a demonstrar o erro desta avaliação. Destacaram-se inicialmente os norte-americanos Paul Burkett, com *Marx and Nature – a Red and Green Perspective* (Marx e a Natureza – Uma Perspectiva Vermelha e Verde), de 1999, e John Bellamy Foster, com *Marx’s Ecology – Materialism and Nature*, de 2000. Este último foi publicado no Brasil com o título *A Ecologia de Marx – Materialismo e Natureza*, em 2005, pela *Civilização Brasileira*, e reeditado em 2024 pela *Expressão Popular*.

Em *O Ecosocialismo de Karl Marx*, que foi publicado inicialmente em

2016, na Alemanha, e em 2021, no Brasil, pela *Boitempo*, Saito vai além de Burkett e Foster. O autor busca, em suas próprias palavras, “uma reconstrução mais sistemática e completa da crítica ecológica de Marx ao capitalismo”. Para isto, o livro se divide em duas partes. Na segunda, Saito se beneficia de seu trabalho na edição das obras completas de Marx e Engels, examinando os cadernos em que Marx documentou seus amplos estudos de ciências naturais, inclusive os feitos após a publicação do Livro I de *O Capital* e após a redação dos manuscritos usados por Engels para publicar os Livros II e III.

No conjunto do livro, Saito mostra que há tanto elementos de continuidade quanto de evolução na reflexão de Marx sobre a natureza. Em termos de continuidade, chama a atenção, por exemplo, para a importância da relação entre a humanidade e a natureza já nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844. A alienação no capitalismo é tratada a partir da dissolução da unidade original entre humanos e natureza. Este tema acompanhará toda a evolução de

Marx, embora, depois, numa perspectiva mais concreta e menos filosófica do que nos *Manuscritos*.

Em termos de descontinuidade e de evolução, antes de *O Capital* (cujo Livro I foi publicado em 1867), Marx várias vezes demonstrou confiança excessiva no caráter progressista do capitalismo. Por exemplo, no *Manifesto Comunista*, escreveu, junto com Engels: “Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros.” O caráter progressista do capitalismo (a “civilização”) é contraposto ao estado “bárbaro” das sociedades pré-capitalistas.

Marx se tornaria cada vez mais consciente dos aspectos destrutivos do capitalismo. Um momento importante desta mudança ocorreu em 1865, quando ele começou a ler os escritos do químico agrícola alemão

Justus Von Liebig e tomou consciência dos problemas do esgotamento dos solos e da fratura metabólica entre as sociedades humanas e o ambiente natural (o tema da “fratura metabólica” foi muito desenvolvido por John Bellamy Foster). No Capítulo sobre “Maquinaria e Grande Indústria” do Livro I de O Capital, há uma frase que exemplifica de forma expressiva esta nova visão: “todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo”.

Outro cientista alemão estudado por Marx, que Saito cita a partir dos seus cadernos de estudos, foi Carl Nicolaus Fraas. A partir de sua leitura, Marx fez anotações sobre o efeito destrutivo do desmatamento sobre climas locais, com o aumento do calor e a perda de umidade (obviamente não se trata de uma compreensão do aquecimento global, impossível na época), que teria sido responsável pela decadência de civilizações antigas.

Saito mostra de forma convincente que o pensamento de Marx na questão ecológica estava ainda evoluindo; por isto ele lia tantos livros de ciências naturais. Esta evolução só pôde ser incluída, muito parcialmente, em O Capital, mesmo nas partes editadas por Engels depois da morte do amigo. Por isto, a “crítica da Economia Política” ficou “inacabada”.

Esta parece uma ótima maneira de caracterizar a evolução de Marx nesta questão: Marx mostrou a maior sensibilidade com temas ecológicos que era possível em seu tempo, e se tivesse vivido mais, certamente teria ido além. Isto fornece um programa de pesquisa para os marxistas de hoje, o que é fundamental.

Entretanto, Saito fez mais do que isto. Na primeira parte do livro, procura mostrar que a ecologia de Marx é parte de sua teoria do valor, do

dinheiro e, sobretudo, do capital. Isto é realizado principalmente no terceiro capítulo de seu livro, “O Capital como uma teoria do metabolismo”. Dada a densidade e complexidade desse capítulo, é impossível fazer justiça a ele neste espaço, mas vale a pena tentar indicar as linhas gerais de seu raciocínio.

Saito, apoiando-se na obra de um autor japonês (infelizmente quase desconhecido fora do Japão), Samezo Kuruma, parte da distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato, e afirma que, ao contrário do que muitas vezes se supõe, “o trabalho abstrato também é material” (eu preferiria dizer “tem base material”) e, por isto, o dispêndio de trabalho abstrato (ou seja, o valor) pode mediar a relação metabólica entre humanos e natureza. Entretanto, como Marx discute ao tratar do “caráter fetichista da mercadoria”, isto é feito de uma forma reificada e, logo, não consciente. A lógica do mercado impede, portanto, a regulação consciente da relação entre seres humanos e natureza.

Com o desenvolvimento do capital, o problema se agrava. O valor como capital se torna um sujeito automático (expressão de Marx) e o processo de trabalho deve ser fundamentalmente reorganizado como processo de autovalorização do capital. A produção capitalista volta-se para a sucção de trabalho abstrato, e isto distorce a relação da humanidade com a natureza.

Se a teoria do valor, do dinheiro e do capital é compreendida nestas linhas, não há dúvida de que a crítica

ecológica do capitalismo é parte integrante dela. Até aqui, acredito que podemos concordar com Saito, mas ele vai além: afirma que o impulso à autovalorização infinita do capital, que contradiz a limitação fundamental das forças e dos recursos naturais, é a contradição fundamental do modo de produção capitalista, e que isto teria sido compreendido progressivamente por Marx. Por que, então, Marx não explicitou este ponto em O Capital?

Saito diz que Marx pretendia tratar mais desta questão na discussão sobre a renda da terra, feita no Livro III, que ele não concluiu. Mas este argumento não é convincente: se Marx visse a questão do impulso infinito do capital

para ultrapassar os limites da natureza como a contradição fundamental do capitalismo, não seria razoável deixar para tratar mais ampla e explicitamente disto apenas na discussão sobre a renda da terra.

Parece melhor ficar com o sub-

título do livro, e dizer que a crítica de Marx da Economia Política ficou inacabada. Ela poderia ter sido desenvolvida na direção apontada por Saito, mas Marx não pôde fazê-lo – não apenas porque faltou-lhe tempo para isto, mas também porque as contradições ecológicas do capitalismo ainda não estavam suficientemente desenvolvidas na sua época.

Isto não diminui nem a importância das reflexões ecológicas de Marx, nem a utilidade do livro de Saito. Fica o convite para que ecossocialistas de hoje completem a tarefa, no plano teórico, e retirem daí as consequências práticas necessárias. ●

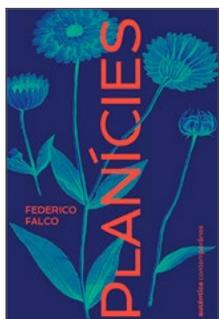
Marx mostrou a maior sensibilidade com temas ecológicos que era possível em seu tempo

FILMES & SÉRIES


Filhos do Katrina ▪ Edward Buckles Jr ▪ HBO


“Nos EUA, especialmente durante desastres, ninguém pensa nas crianças negras”, afirma o cineasta Edward Buckles Jr. na abertura de seu documentário de estreia. Em 2005, quando o furacão Katrina destruiu grande parte da cidade de Nova Orleans, ele tinha apenas 13 anos. Assim como ele, diversas crianças e adolescentes negros tiveram suas vidas drasticamente transformadas, abandonados pelo governo à época e, posteriormente, esquecidos. Em “Filhos do Katrina”, Buckles Jr. reflete sobre sua própria experiência e entrevista outros filhos desse desastre. Mais do que um retrato das consequências nefastas do racismo ambiental, o filme possibilita formulações inéditas dos próprios indivíduos afetados, revelando os impactos profundos e de longo prazo de tragédias como essa. Disponível no Prime Video e Max Play. ●

LITERATURA

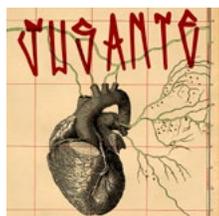

Planícies ▪ Frederico Falco ▪ Ed. Autêntica Contemporânea


Tentando lidar com o término repentino de sua relação amorosa, o narrador de Planícies se muda da cidade para um pequeno sítio no interior da Argentina, onde “a paisagem domina tudo, tudo contamina, tudo invade, tudo é paisagem”. Mergulhando nas dinâmicas dessa paisagem e na “linguagem cheia de repetições” da natureza, ele passa a lidar com o tempo, a dor da separação de Ciro, seu passado, e seu próprio processo de escrita. “Contar uma história transforma quem a conta. E às vezes a ficção é a única maneira de pensar o verdadeiro”, escreve.

Seguindo a cronologia dos meses, o narrador de Falco intercala uma prosa sutil e poética a frases objetivas que parecem ter saído diretamente das anotações de um diário sobre os desafios de se cultivar alimentos, fazer estacas, germinar sementes... Os processos de reconstrução internos do narrador se misturam aos esforços de vencer as intempéries e transformar seus arredores.

Sem idealizar a vida no campo, o romance estabelece antagonismos objetivos e metafóricos com a velocidade da vida urbana, fazendo do tempo e da planície personagens centrais. Já de início, enuncia: “Na cidade, perde-se a noção das horas, da passagem do tempo. No campo isso é impossível”. ●

MÚSICA


Dzúwi: Fazer-se Água ▪ Nathalia Kariri ▪ Projeto Jusante


“Todo rio é um Deus deitado” é o mote do poema de Nathalia Kariri musicalizado em “Dzúwi: Fazer-se Água”. A faixa integra o projeto Jusante, que funde células rítmicas brasileiras com beats eletrônicos para receber poemas criados por expoentes do Slam no Brasil. Nathalia, que nasceu na periferia do Jardim Elba, na zona leste de São Paulo, é indígena do povo Kariri e co-fundadora do Slam da Retomada, primeira batalha de poesia da cidade de Paraty. Além dela, com curadoria de Anna Zêpa, Jusante reúne poemas de Nat Roberta Estrela D’Alva, Nelson Maca, Luiza Romão, Daniel Minchoni, Luz Ribeiro, Apeagá, Matriarkak, Akins Kintê, e Luz Ribeiro. Todas as faixas estão disponíveis no Spotify e no Youtube Music. ●



Matheus Ribs nasceu na Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, em 1994. É artista visual e cientista político, e utiliza diferentes linguagens para elaborar sobre questões raciais e socioambientais. Aproximando a natureza de formulações sobre ancestralidade e futuro, supera a denúncia das injustiças para formular imaginários e reivindicar modos não-coloniais de vida.

Além de “Fechar os corpos III”, que ilustra a capa e contracapa desta edição, apresentamos aqui um de seus cartazes da série “Um pedido à Xangô”, produzidos durante sua residência na Domo Damo. Nessa obra, Ribs evoca o orixá da justiça na luta por justiça climática.



FLCMF

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

